

CONCEPÇÃO DE UMA BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA PARA O MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL: A RELAÇÃO ENTRE A NORMALIZAÇÃO NACIONAL E A NORMALIZAÇÃO OTAN

Ana Clara Santos de Oliveira

**Tese de Mestrado em Terminologia e
Gestão da Informação de Especialidade**

MARÇO, 2010



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Rute Costa.

**CONCEPÇÃO DE UMA BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA PARA O
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL:
A RELAÇÃO ENTRE A NORMALIZAÇÃO NACIONAL E
A NORMALIZAÇÃO OTAN**

ANA CLARA SANTOS DE OLIVEIRA

PALAVRAS-CHAVE: terminologia, base de dados terminológica, defesa, Ministério da Defesa Nacional, normalização

KEYWORDS: terminology, terminological database, defence, Ministry of National Defence, standardization

RESUMO

Este estudo apresenta a concepção de uma *Base de Dados Terminológica para o Ministério da Defesa Nacional* cujo objectivo é concentrar, num único local (site internet e intranet do Ministério da Defesa Nacional), toda a terminologia de Defesa existente. A base de dados permitiria também um maior e melhor uso da terminologia de Defesa na língua portuguesa pelos militares portugueses, funcionários do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, alunos das academias e escolas militares, funcionários dos vários organismos nacionais e internacionais de Defesa, funcionários das Embaixadas portuguesas, tradutores, intérpretes e jornalistas que utilizam no seu dia-a-dia termos relativos ao domínio da Defesa.

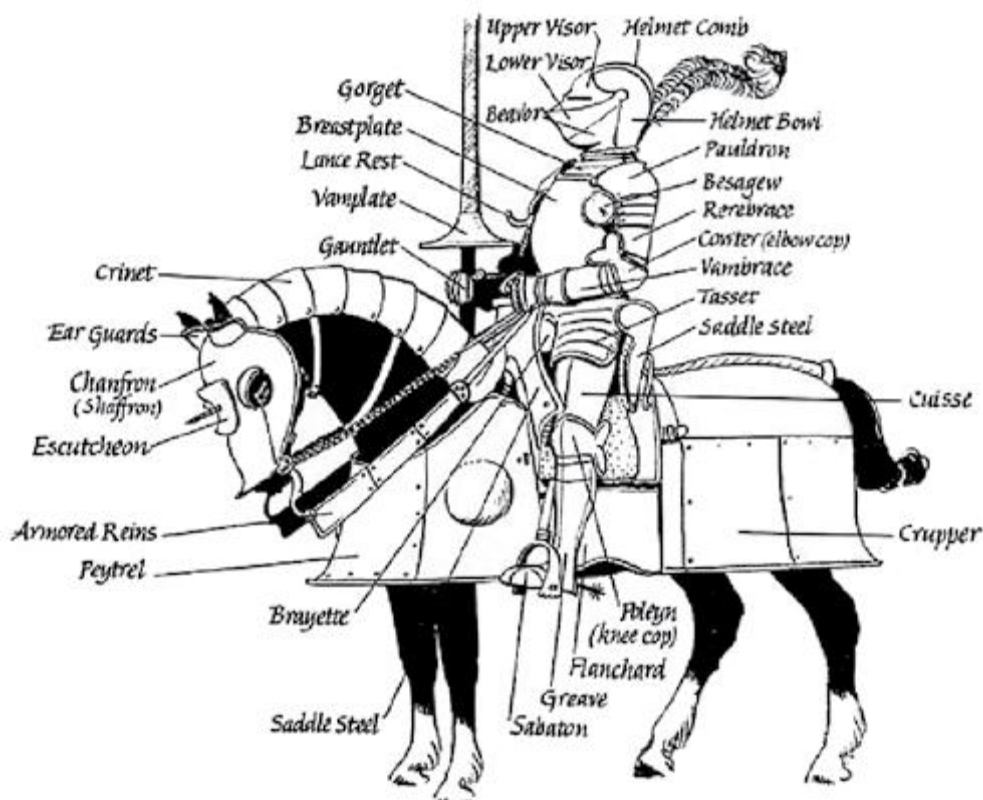
ABSTRACT

This study presents the conception of a *Terminological Database for the Ministry of National Defence* which purpose is to concentrate, in a unique place (internet and intranet of the Ministry of National Defence), all the existent terminology of Defence. The database will permit also a bigger and a better use of the Defence terminology in the portuguese language by portuguese militaries, Ministry of Defence and Armed

Forces' employees, students of the military academies and schools, employees of national and international organizations of Defence, Portuguese Embassies' employees, translators, interpreters and journalists who use in their day-to-day work terms related to Defence.

ÍNDICE

Introdução	06
Capítulo I: Terminologia militar	08
I. 1 Siglas e acrónimos	08
I. 2. Representação	10
I. 3. Glossários OTAN	15
Capítulo II: Defesa e Forças Armadas Portuguesas	17
II. 1. A Defesa Nacional	17
II. 2. O Ministério da Defesa Nacional	19
II. 3. O Estado-Maior General das Forças Armadas	23
II. 4. O Exército	25
II. 5. A Força Aérea	26
II. 6. A Marinha	29
Capítulo III: Participação portuguesa em missões e exercícios internacionais de Defesa	31
III. 1. A participação portuguesa em missões nacionais e internacionais	31
III. 2. A participação portuguesa em exercícios nacionais e internacionais	36
Capítulo IV: A Normalização	39
IV. 1. Onde e quando se faz normalização?	41
IV. 2. Organismos de normalização	43
IV. 3. Normalização Terminológica	44
Capítulo V: A Normalização OTAN	49
V. 1. A Organização OTAN de Normalização	51
V. 2. O Comité OTAN de Normalização	51
V. 3. O Grupo Executivo OTAN para a Normalização	52
V. 4. A Agência OTAN de Normalização	52
Capítulo VI: Proposta para a concepção de uma base de dados terminológica para o Ministério da Defesa Nacional	54
VI. 1. Motivação para a criação de uma Base de Dados Terminológica	54
VI. 2. Recolha dos textos relacionados com a área da Defesa	54
VI. 3. Recolha dos termos militares	59
VI. 4. O Comité de Terminologia Militar do Exército francês	60
Conclusão	64



INTRODUÇÃO

Pretende-se com este trabalho apresentar uma fundamentação teórica e metodológica para a concepção de uma *Base de Dados Terminológica para o Ministério da Defesa Nacional* inserida nos seus sites internet e intranet. Mas não só. A ideia da base de dados é também, indirectamente, dar a conhecer a Defesa e as Forças Armadas Portuguesas, nomeadamente as suas funções e a sua estrutura.

Nesta tese será demonstrado que existe uma variedade de informação necessária à concepção de uma base de dados terminológica. Por exemplo, no site do Ministério da Defesa Nacional, encontramos uma lista das suas várias Direcções-gerais, e para cada Direcção-Geral, as suas várias Direcções de Serviço. É na fase de concepção da base de dados terminológica que se fará um estudo exaustivo, a longo prazo, de cada unidade, de cada órgão, de cada direcção de serviço, etc., e da respectiva informação que cada um gere mas também, e sobretudo, que produz e que servirá de base à recolha da terminologia de defesa nacional.

A Normalização OTAN (*Organização do Tratado do Atlântico Norte*) contribui essencialmente para a eficácia operacional combinada das forças armadas da Aliança e

permite melhor explorar os recursos económicos. O objectivo da normalização é melhorar a cooperação e eliminar os duplos empregos na investigação, desenvolvimento, produção, aquisição e apoio logístico dos sistemas de defesa, essencialmente através da promulgação de Acordos de Normalização (STANAG – *Standardization Agreement*).

Estes STANAG ajudam os países-membros da OTAN a atingir os níveis de interoperabilidade necessários e a melhor cumprir as suas tarefas comuns em matéria de estratégia, de operações e de táctica, de compreender e de executar os procedimentos de comando e de utilizar as técnicas, o material e os equipamentos de modo mais eficaz. Editados pela OTAN, os STANAG definem os procedimentos, os termos e as condições adoptadas pelos países membros da Aliança relativamente aos sistemas e aos equipamentos militares. Cada país ratifica uma edição, isto é, uma versão do STANAG e implementa-o nas suas próprias forças armadas. Estes STANAG serão uma das principais fontes de recolha de terminologia militar.

De notar, ao longo da leitura da tese, o número considerável de termos militares, portugueses, franceses e ingleses, mas sobretudo de siglas. Muitas das siglas inseridas no site internet do MDN não têm qualquer tipo de explicação fazendo com que o site internet do MDN mais se pareça com o site intranet porque está repleto de siglas e de termos totalmente desconhecidos para o público em geral.

Ao longo da minha carreira de tradutora deparei-me com uma grande dispersão da informação relativa à área da Defesa. Primeiro como militar, no *Estado-Maior do Exército*, depois como funcionária do Ministério da Defesa Nacional. Dispersão porque toda essa informação, que existe, e que é extremamente vasta, está toda dispersa em vários documentos, revistas, bibliotecas, sites e outras fontes de informação. Isso sempre dificultou o meu trabalho, mas provavelmente também, penso eu, o de todos os militares – em Portugal ou em missão no estrangeiro -, os funcionários do MDN e das Forças Armadas Portuguesas, os alunos das Academias Militar, Naval e da Força Aérea e de outras escolas militares (*Instituto de Estudos Superiores Militares, Pupilos do Exército*, etc.), os funcionários do MDN e do MNE (*Ministério dos Negócios Estrangeiros*) colocados nas Embaixadas e nos consulados portugueses ou em organizações internacionais e os tradutores, intérpretes e jornalistas, que, diariamente, utilizam milhares de termos e de siglas e acrónimos relativos à área da Defesa.

Portugal é membro de várias organizações internacionais de Defesa e participa em missões e exercícios militares internacionais. A partir das suas estruturas organizacionais, um trabalho de gestão da informação será realizado a fim de fazer a recolha de todo o corpus necessário a uma base de dados terminológica.

Os domínios e subdomínios são numerosos: estratégia, engenharia mecânica, engenharia civil, química, informações, segurança, armamento, logística, etc. Todos estão repletos de termos e de siglas militares. Uma parte da tese estará directamente relacionada com siglas e acrónimos da área da Defesa. De facto, o Ministério da Defesa Nacional, as Forças Armadas Portuguesas, a OTAN, a EUROFOR, a Finabel, a Eurocorps, e mais dezenas de outros organismos, instituições, associações, comissões e agências nacionais e internacionais de Defesa, utilizam diariamente centenas de siglas, acrónimos e abreviações. O seu uso é feito quase indiscriminadamente, sem que, na maioria das vezes, sejam acompanhados da sua extensão, o que resulta numa compreensão linguística comprometida. Todas essas siglas poderão ser referidas na base de dados terminológica.

I. TERMINOLOGIA MILITAR

Como tradutora há quase 10 anos no *Exército Português* e depois no Ministério da Defesa Nacional, posso dizer que se existe uma área onde existe terminologia, a Defesa é sem dúvida uma delas. Milhares de termos são utilizados todos os dias pelos militares e pelos funcionários daquele Ministério. É impossível colocar neste capítulo, ou até mesmo nesta tese, todos os termos que encontrei ao longo da minha carreira. E a sua recolha, a médio ou até longo prazo, é perfeitamente exequível. Na medida em que, para quase cada termo militar, seja ele na língua inglesa, francesa ou portuguesa, existe uma sigla, serão essas que serão tratadas neste capítulo.

I.1. Siglas e acrónimos

As siglas e acrónimos são alvo de controvérsia entre especialistas e o público em geral, pois todos recorrem às unidades terminológicas reduzidas no seu dia-a-dia, quer na escrita, quer na oralidade.

O uso de maiúsculas, a apresentação com ou sem indicação de pontos (de U.N.E.S.C.O., passou-se para UNESCO e depois para Unesco), ou a pronúncia das siglas e dos

acrónimos, por exemplo, podem ser alvo de mudança ao longo do tempo, como também podem encontrar variantes, oscilações de escrita ou mesmo erros em consequência dos diferentes graus da sua evolução.

Os empréstimos, sobretudo de origem inglesa, mesmo na forma de siglas e acrónimos, são um recurso bastante frequente nas línguas de especialidade. O ritmo da vida contemporânea não permite o tempo necessário à escrita e oralização de determinadas palavras, ou grupos de palavras, na íntegra, o que resulta muitas vezes no uso de siglas, acrónimos e abreviações pelo público em geral de forma inadequada, por serem desconhecidos, embora sejam termos familiares aos especialistas.

A cada dia surgem novas siglas. Nem sempre os autores responsáveis pela criação dessas siglas nos dão conta do seu significado. A dificuldade de descodificação aumenta sempre que a uma dada sigla corresponde mais do que um significado. O conhecimento das siglas torna mais clara a compreensão da leitura de especialidade mas nem sempre existe esse conhecimento, razão pela qual se aconselha que as siglas se façam sempre acompanhar da sua extensão. No caso de documentos da área da Defesa, este seria um procedimento necessário já que a informação veiculada se destina não apenas a especialistas da área (militares) mas também ao público em geral (jornalistas, tradutores/intérpretes, etc.).

As siglas são um reflexo e uma necessidade da sociedade de informação imediata, que apela à economia e rapidez na comunicação oral e escrita. Podemos verificá-lo no crescente números de instituições, organizações, associações, comissões e agências cujas designações adoptam a forma de siglas ou acrónimos. Assim, para GEHENOT (1975: 273), *“l’existence des sigles est due à trois raisons bien définies : le manque de temps, le manque d’espace, la profusion d’organismes.”*

A sigla e outros fenómenos de redução linguística são um fenómeno do século XX cuja proliferação se confirma no século XXI. De facto, o uso e abuso das abreviaturas, nomeadamente das siglas e dos acrónimos, continua a ser uma realidade que GEHENOT (1975: 282) justifica pela *“nécessité d’un langage technique toujours plus complexe et par les exigences d’un échange de plus en plus rapide d’information de tous genres”*.

GEHENOT (1975: 275) define a sigla como sendo *“une initiale ou suite d’initiales qui servent d’abréviation. Par exemple: “C.G.T.” pour Confédération générale du travail”*

e “*la lettre initiale ou groupe de lettres dont on se sert pour exprimer un mot ou groupe de mots*” (1975: 278).

A sigla apresenta uma dupla vertente: é ao mesmo tempo *letra inicial* e *grupo de letras*, distinção essa que deve ser estabelecida. Por outro lado, afirma-se que a sigla exprime uma palavra, o que manifesta uma clara confusão com o conceito de abreviatura sendo este usado para abreviar uma unidade lexical simples.

Na sua obra *Les Sigles*, Louis-Jean CALVET (1980: 7) declara que a sigla “*est un groupe de mots raccourci en ne conservant que la première lettre de chaque mot*”, e o acrónimo “*un groupe de mots raccourci en conservant le début (le plus souvent la première syllabe) de chaque mot*”.

A definição de KOCOUREK (1982: 161) vai mais ao encontro da definição de acrónimo do que de sigla quando declara que esta unidade lexical reduzida é formada pelas “*lettres initiales, ou groupes de lettres initiales, majuscules ou minuscules*”, sendo que são muito raros os casos em que as siglas admitem as minúsculas no seu processo de formação. E acrescenta: “*la siglaison (...) abrège les syntagmes et non les mots isolés (...). Au lieu de supprimer les mots forts entiers du syntagme, elle garde la lettre initiale (ou un groupe de lettres initiales) des mots forts. Normalement, on n’admet pas les initiales des mots faibles*”.

Le Petit Robert define a sigla como a “*initiale ou suite d’initiales servant d’abréviation*”, enquanto que o *Dictionnaire de Linguistique* de DUBOIS a define “*la lettre initiale ou le groupe de lettres initiales constituant l’abréviation de certains mots qui désignent des organismes, des partis politiques, des associations, des clubs sportifs, des États, etc.*”

I. 2. Representação

Os processos de *siglação* são muito frequentes nas línguas de especialidade, em textos científicos e técnicos. Podemos encontrá-los nos mais variados domínios do saber como a economia, a medicina e a informática, por exemplo.

O elevado número de ocorrências de siglas nos textos de especialidade leva BAUDET (2001: 35-36) a acreditar que tal fenómeno constitui “*un indicateur de technicité des textes*” e que “*le comptage des sigles*” pode ser útil ao terminólogo para a atribuição de “*caractéristiques de technicité*” a um texto, concluindo que “*les Américains produisent*

(en informatique, mais aussi dans bien d'autres domaines) plus de sigles que les Français”, conclusão que poderemos atribuir ao caso português dada a recorrência de siglas de origem inglesa em relação às de origem autóctone. A economia da linguagem e a rapidez na comunicação escrita e oral são as principais funções do uso das siglas. As siglas levantam no entanto vários problemas. A uma sigla pode corresponder mais do que uma extensão ou unidade terminológica complexa, quer dentro de uma língua, quer de língua para língua.

A forma como os dicionários e a imprensa encaram as unidades terminológicas reduzidas revela-nos as preocupações subjacentes ao seu tratamento enquanto entradas num dicionário ou quando usadas no interior de um texto ou mesmo na oralidade.

Para o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia* (2000: xvi), os dicionários de língua geral têm por objectivo “*facilitar ao leitor*” o conhecimento da extensão das siglas e acrónimos de uso frequente “*na comunicação oral e, sobretudo, escrita, em particular nos jornais, revistas e obras de divulgação*” já que nem sempre estas siglas “*aparecem decifradas*”. Neste sentido, o dicionário inclui nas suas entradas os elementos “*que funcionam, em geral, como nomes próprios*”:

- *Siglas e acrónimos que designam invenções ou descobertas, associações, instituições, organismos, etc., nacionais e internacionais, de maior relevância, como por exemplo, ACL, BCG, OTAN, ONU, UNESCO, VAC;*
- *Acrónimos, alguns provindos directamente, como tal, de outras línguas, que se lexicalizaram como nomes comuns, como laser, radar, sida, etc.”*

Os dicionários de referência da língua portuguesa começaram a reconhecer a importância da inclusão das unidades terminológicas reduzidas entre as entradas de um dicionário de língua geral.

A economia de espaço é uma prioridade para a imprensa que faz um uso regular deste tipo de unidades terminológicas. Contudo, quando um grande número de pessoas recorre ao uso de siglas, acrónimos e abreviaturas, sem que para tal existam normas de uso instituídas, a multiplicidade de pontos de vista no tratamento das mesmas unidades terminológicas é inevitável, reflectindo-se na escrita sob a forma de variantes, oscilações ortográficas e mesmo erros, fruto de um desconhecimento do uso correcto das mesmas.

Foi neste sentido que o jornal *público* sentiu a necessidade de criar uma lista de regras a seguir na utilização das siglas e dos acrónimos. Em “*livro de estilo*”, admite que “*um texto cheio de siglas pode ser incompreensível para o leitor e assumir o ar de um rascunho. Mas num jornal, por razões de espaço, o uso de siglas é inevitável. Devem então ser usadas com parcimónia e respeitando algumas regras*”:

- Na sua primeira menção devem ser sempre descodificadas, excepto as que são presumivelmente conhecidas do leitor (EUA, ONU, URSS).
- No caso em que há necessidade de descodificar várias siglas, isso não deve ser feito de uma só vez num único parágrafo, quase que obrigando o leitor a decorar as siglas para prosseguir a leitura, mas diluído nos parágrafos subsequentes, repetindo a designação por extenso até finalmente se passar a usar a sigla.
- São escritas em maiúsculas, quando todas as letras corresponderem às iniciais das palavras que as compõem (UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola); apenas se escreve com maiúscula a letra correspondente ao primeiro nome, no caso de cada letra não "representar" uma palavra (Frelimo - Frente de Libertação de Moçambique), o que corresponde a um acrónimo.
- São grafadas sem pontos: CIP, EMGFA, PCP.
- Não fazem plural: as FAPLA, as ONG, as OT (Obrigações do Tesouro), os PALOP, as PME.
- Apenas as instituições são passíveis de tradução através de siglas (PR designa a *Presidência da República* e não o *Presidente da República*; PGR corresponde a *Procuradoria-Geral da República* e não ao *Procurador-geral da República*; MNE corresponde a *Ministério dos Negócios Estrangeiros* e não ao *Ministro dos Negócios Estrangeiros*; PM não designa nada - primeiro-ministro escreve-se por extenso).
- Os nomes próprios não formam siglas; se escritos por iniciais, deverão levar pontos (Paulo Portas = P.P. e não PP = Partido Popular).
- Deverá evitar-se o recurso a siglas coincidentes com outras sobejamente conhecidas (CP = comissão política e CP = transportadora ferroviária nacional), a menos que o contexto impeça qualquer ambiguidade.

É possível formar siglas de designações gerais como PIB (produto interno bruto) e ONG (organizações não governamentais), por razões de espaço.

O *Público* refere que as siglas “não fazem plural”. Mas são cada vez mais os documentos que circulam no Ministério da Defesa Nacional em que as siglas neles inseridas, muito utilizadas na área da Defesa, levam plural. Assim, para “CORG” que significa *Código de Organização* em Catalogação OTAN, lemos com frequência CORGs, ou até mesmo CORG’s, quando se fala em vários Códigos de Organização. O uso de ‘s em inglês marca o possessivo, o que nos leva a pergunta de quem são os CORG? Os especialistas, aqui os militares e alguns funcionários do Ministério, e o público em geral, utilizam o s sem nunca ter procurado saber se de facto agora as siglas têm plural. Para a grande maioria, acredita-se que, se é de origem americana, é de regra. Existe aqui sobretudo uma grande falta de rigor e de desconhecimento no uso das siglas na língua portuguesa.

Apesar da importância da existência de normas de uso das unidades terminológicas reduzidas na escrita, o *Público* não consegue resolver todas as dificuldades que aponta. A referência às siglas “presumivelmente conhecidas do leitor” é uma matéria polémica, o que é conhecido de uns não é de outros, o que um jornalista ou redactor considera conhecido pelo seu público não é o que outro jornalista considera. À possibilidade das designações gerais poderem formar siglas coloca-nos também a questão de saber o que se entende por “*designações gerais*”, uma vez que à partida tais decisões poderão assentar em critérios de subjectividade.

O *Público* também não consegue travar a proliferação do elevado número de oscilações gráficas no que concerne o uso de maiúsculas, de pontos de separação, de flexão de plural associados às siglas e acrónimos. Além disso, é muito frequente o uso da redução não só na designação de instituições mas também nos cargos proeminentes da sociedade. Uma pesquisa sobre o uso da sigla PR, que o *Público* afirma dever ser referida como “*Presidência da República*” e não como “*Presidente da República*”, revela-nos que esta é usada para designar a função e não a instituição. A sigla MNE é frequentemente usada para referir a instituição, contudo também designa o cargo do *Ministro dos Negócios Estrangeiros* em alguns casos. PM, que segundo o *Público* “*não designa nada*”, é usada com muita frequência para referir o cargo de Primeiro-Ministro.

Há cinquenta anos que observamos o recurso crescente às siglas e aos acrónimos, em todos os meios e em todos os tipos de discurso, na escrita, como na oralidade. Os linguistas observaram a maior frequência de emprego nas línguas de especialidade (LERAT 1995: 58). Uma sigla é soletrada; trata-se de uma inicial ou de um seguimento

de iniciais que serve de abreviação enquanto que um acrónimo é composto por um conjunto de letras ou sílabas iniciais, pronunciado como uma palavra. O termo “sigla” poderá então ser usado num sentido geral incluindo os acrónimos. Estas características encontram-se na terminologia inglesa:

As siglas e os acrónimos estão implantados em todos os domínios de actividade, em todas as especialidades. A nível internacional, as siglas e os acrónimos foram usados para dar uma denominação às instituições e organismos internacionais (FMI, OMS) assim como aos acordos internacionais: GATT, TRIPS (*Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*). Este fenómeno é particularmente pronunciado no comércio internacional onde os economistas KRUGMAN e OBSTFELD escrevem em 1997: «*Welcome to the bureaucratic world of trade policy, where everything has a three letter symbol*» enquanto que *The Economist* observa a 10 de Outubro de 1998 (pág. 46) que «*Wherever trade goes, acronyms are sure to follow*». Nos Estados Unidos, as siglas e os acrónimos “baptizam” as instituições e os organismos nacionais: LSE (*London Stock Exchange*), NYSE (*New York Stock Exchange*); as sociedades comerciais e industriais tais como IBM ou ITT; as universidades como a UCLA e diplomas (MBA).

Existe um número cada vez maior de siglas nas mais diversas áreas do conhecimento e nas instituições, organizações, associações, comissões e agências. Estas cobrem os mais variados domínios, entre os quais a política, as ciências, a economia, a defesa, etc.

O seu uso é feito quase indiscriminadamente, sem que, na maioria das vezes, sejam acompanhados da sua extensão, o que resulta numa compreensão linguística comprometida.

Encontramos diferentes definições para designar o mesmo fenómeno linguístico. Cada autor apresenta uma definição própria para *sigla* e *acrónimo*. Vários são aqueles que consideram que os acrónimos se integram no grupo das siglas e que falam em *siglas acronímicas*, em *siglas acrónimas* e em *siglas compostas*, para citar apenas alguns exemplos.

À insuficiente delimitação das fronteiras entre sigla e acrónimo, podemos ainda acrescentar outros termos, criando assim maiores dificuldades de compreensão para cada um deles no contexto dos fenómenos de redução linguística. São eles a *abreviatura*, a *abreviação*, a *redução*, a *acrografia*, a *braquigrafia* e ainda o *símbolo*. A

distinção complica-se se olharmos para os exemplos referidos pelos diferentes autores já que estes apresentam exemplos coincidentes.

Nos dias de hoje, toda a gente sabe o que é uma sigla, mas será que toda a gente sabe o que é um acrónimo ou que semelhanças e/ou diferenças este mantém com a sigla?

O Ministério da Defesa Nacional, as Forças Armadas Portuguesas, a OTAN, a EUROFOR, a Finabel, a Eurocorps, e mais dezenas de outros organismos nacionais e internacionais de Defesa, utilizam diariamente centenas de siglas, acrónimos e abreviações que poderão ser referidos numa base de dados terminológica de Defesa.

I. 2. Glossários OTAN

O *Glossário OTAN de termos e definições* (AAP-6), o *Glossário OTAN das abreviaturas utilizadas nos documentos e publicações OTAN* (AAP-15) e o *Glossário OTAN de termos e definições relativos à normalização* (AAP-42) são as publicações que servirão de base à criação de uma base de dados terminológica de Defesa. De facto, contêm todos os termos militares utilizados no seio da OTAN e pelos seus países-membros. Só existem em inglês e em francês. Sendo os termos em inglês aqueles utilizados pelos militares nos teatros de operações aquando de operações ou exercícios internacionais, e por serem os termos originais no seio da OTAN (os franceses são geralmente traduzidos), estes é que seriam traduzidos para a língua portuguesa para serem utilizados pela comunidade militar portuguesa.

Estes manuais são bastante volumosos, por conseguinte, poucos são aqueles que fazem uso dos glossários. Colocar então estes termos directamente nos sites internet e intranet do Ministério da Defesa pode ser bastante vantajoso, na medida em que possibilitam uma consulta muito mais rápida do que serem consultados directamente em versão papel.

A *Força Aérea* colocou esses glossários na sua página internet. Mas penso que isso não é suficiente, porque nesta fase, eles não passam de uma lista de palavras. Deve-se colocar estes termos ao serviço das Forças Armadas Portuguesas – e não o estão enquanto “fechados” num documento de mais de 400 páginas. Temos que lhes “dar vida”.

Estes são alguns dos glossários que existem na documentação OTAN e que são os documentos de base em termos de terminologia OTAN:

AAP-06(2009) – Glossário OTAN de Termos e Definições

O AAP-06 é uma Publicação Aliada OTAN. Tem por objectivo normalizar a terminologia militar de ordem geral, a terminologia especializada cuja compreensão deve ser fácil e mútua em toda a OTAN, e os termos não suficientemente definidos nos dicionários gerais militares e nos de referência do *Programa OTAN de Terminologia*. Este glossário é realizado a partir das instruções do *Comité Militar* e com a aprovação do *Conselho do Atlântico Norte*. Tal como todas as Publicações Aliadas da OTAN, o AAP-6 é promulgado pela *Agência OTAN de Normalização* e entra em vigor logo após a sua promulgação.

Todos os termos são seguidos de uma data que indica quando é que eles foram incorporados no AAP-6 como termos, ou modificados, caso eles já se encontrassem nesta publicação. As definições incluídas neste glossário não estabelecem nem modificam as políticas e doutrinas da OTAN, mas permitem exprimi-las mais claramente. O glossário está disponível em versão electrónica nas duas línguas oficiais da OTAN, em inglês e em francês. Estas versões são actualizadas e publicadas todos os anos. De acordo com o Acordo de Normalização (STANAG) 3680 e o C-M(2005)0023 – *Directiva sobre o Programa OTAN de Terminologia*, os termos e as definições que constam nesta publicação foram aprovados por todos os países da OTAN.

AAP-15(2008) - Glossário OTAN das abreviaturas utilizadas nos documentos e publicações OTAN

Este glossário apresenta a forma mais completa das abreviaturas mais frequentemente encontradas e utilizadas nos documentos e publicações da OTAN. Tem por objectivo incitar os redactores a utilizar as abreviaturas de forma correcta nos seus documentos de trabalho ou na sua correspondência.

AAP-31(A) – Glossário OTAN dos Sistemas de Informação e de Comunicações

Este glossário faz parte de uma série de glossários elaborados no âmbito dos *Sistemas de Informação e de Comunicações*: o AAP-31 para o vocabulário geral dos Sistemas de Informação e de Comunicações (*Glossário OTAN de Termos e Definições dos Sistemas de Informação e de Comunicações*), o ADatP-2 para as tecnologias da informação (*Glossário OTAN das Tecnologias da Informação*), o AComP-1 para as comunicações e o AAP-28 para a identificação. O objectivo destes glossários é de permitir às nações,

aos comandantes, às agências e aos serviços da OTAN de cooperar de modo mais eficaz na área dos Sistemas de Informação e de Comunicações OTAN graças à utilização de uma terminologia comum.

II. DEFESA E FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

II. 1. A Defesa Nacional

A Defesa Nacional, na sua essência, constitui uma estratégia integrada que o Estado português põe em prática para garantir a unidade, soberania e independência nacional, o bem-estar e prosperidade da Nação, a unidade do Estado e o normal desenvolvimento das suas tarefas, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas, no quadro constitucional.

A Defesa Nacional constitui um conceito amplo e consensual que requer o empenhamento dos cidadãos, da sociedade e dos poderes públicos, por forma a manter e reforçar a segurança e criar condições para a prevenção e combate a quaisquer ameaças externas que, directa ou indirectamente, se oponham à consecução dos objectivos nacionais. Tem por isso um âmbito global, integrando componentes militares e não militares.

Pela promoção da segurança e estabilidade internacionais, o contexto de segurança do séc. XXI caracteriza-se por uma multiplicidade de ameaças e riscos não convencionais, simultaneamente transnacionais e subestatais, que constituem ameaças à segurança nacional e internacional. Ao nível transnacional, trata-se do fenómeno da criminalidade organizada, do terrorismo, dos fundamentalismos, da proliferação de armas de destruição maciça ou de riscos ambientais, de catástrofes humanitárias e de pandemias, que ameaçam a vida de milhões de seres humanos. Ao nível subestatal, trata-se do aparecimento de Estados falhados e da multiplicação de conflitos violentos e de guerras civis que se tornaram fenómenos correntes e que representam, directa e indirectamente, uma ameaça à segurança e estabilidade internacionais.

Neste quadro, a segurança não é, exclusivamente, a segurança dos Estados. É também a segurança das pessoas. Contra riscos, ameaças e conflitos transnacionais, a resposta terá que basear-se essencialmente na cooperação internacional: é um quadro de *Segurança Cooperativa*. A Defesa Nacional deve assim ter como objectivos

fundamentais não só a capacidade para garantir a segurança do Estado e dos cidadãos mas também a capacidade para projectar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da paz.

Neste sentido, constituem objectivos da política de defesa:

- Garantir a soberania do Estado, a independência nacional, a integridade do território e os valores fundamentais da ordem constitucional;
- Garantir a liberdade e a segurança das populações e do património nacional;
- Garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a realização das funções e tarefas essenciais do Estado;
- Assegurar a manutenção ou restabelecimento da paz, em consonância com os interesses nacionais.

O actual contexto de segurança internacional e a resposta adequada da política de Defesa Nacional apontam para uma concepção mais larga da segurança com reflexos na doutrina estratégica e operacional, na definição das estruturas de comando e controlo e nas próprias missões das Forças Armadas.

As *Forças Armadas Portuguesas* contam neste campo com uma prestigiosa experiência internacional e deram já um importante contributo para a segurança internacional em cenários tão distintos como a Bósnia-Herzegovina, o Kosovo, o Afeganistão, o Líbano, a República Democrática do Congo, o Chade e a Guiné-Bissau. O desempenho destas missões internacionais constituiu-se como um factor decisivo não só para a modernização e prestígio das próprias Forças Armadas, mas também para a credibilidade internacional do País.

No quadro multilateral, Portugal reafirma a sua presença e empenhamento nas organizações internacionais e sistemas de alianças a que pertence. País europeu, membro da União Europeia, Portugal comprova o seu empenhamento no desenvolvimento da *Política Externa e de Segurança Comum* e quer estar na primeira linha da construção da *Política Comum de Segurança e Defesa*, incluindo a sua participação nas missões militares sob comando da União Europeia.

País com fortes relações pós-coloniais, Portugal reafirma os laços de amizade e cooperação com os países de expressão portuguesa, nomeadamente no quadro da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP), sem esquecer a sua dimensão

de Defesa. No que respeita à *Organização das Nações Unidas*, Portugal reitera a importância da organização nos processos de manutenção e de apoio à paz e de reconstrução pós-conflito e de reconstituição de Estados falhados.

No plano bilateral, o Governo mantém as relações com os seus aliados tradicionais. Em primeiro lugar com os Estados Unidos da América a que o liga um *Acordo de Cooperação e Defesa*, mas também com os parceiros europeus da OTAN e da União Europeia e em especial com os países africanos de expressão portuguesa, aos quais o ligam diferentes acordos de cooperação técnico-militar que desenvolve.

Para além das missões tradicionais, as Forças Armadas participam em missões internacionais de natureza militar, nomeadamente no sistema de defesa colectiva da *Aliança Atlântica* e na *Política Europeia de Segurança e Defesa*. Também participam em missões internacionais de apoio à política externa, designadamente de gestão de crises, de natureza humanitária e de manutenção da paz, no quadro das organizações internacionais de que Portugal é membro, nomeadamente as Nações Unidas, a União Europeia, a OTAN, a *Organização para a Segurança e Cooperação na Europa* (OSCE) e a CPLP. A este nível, foram criadas unidades civis e militares de ajuda de emergência para reforçar, em coordenação com as organizações não-governamentais, a actuação portuguesa no contexto de crises humanitárias.

As Forças Armadas assumem a sua parte nas missões de luta contra agressões e ameaças transnacionais, nos termos da lei e em coordenação com os instrumentos internos para esse combate, nomeadamente as Forças e Serviços de Segurança. As Forças Armadas devem continuar a executar missões de interesse público, designadamente de busca e salvamento, de fiscalização marítima e de apoio às populações, em especial na prevenção e combate aos fogos florestais e em situação de catástrofes naturais, de forma supletiva, enquadrada e coordenada com os bombeiros e a protecção civil.

II. 2. O Ministério da Defesa Nacional

O *Ministério da Defesa Nacional* (MDN) é o departamento governamental que tem por missão a preparação e execução da política de Defesa Nacional no âmbito das atribuições que lhe são conferidas pela *Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas*. Cabe ao Ministério da Defesa Nacional:

- Assegurar e fiscalizar a administração das Forças Armadas;

- Garantir a preparação dos meios ao dispor das Forças Armadas e acompanhar e inspeccionar a respectiva utilização;
- Definir, executar e coordenar as políticas dos recursos humanos, materiais e financeiros;
- Coordenar e orientar as acções relativas à satisfação de compromissos militares decorrentes de acordos internacionais sem prejuízo das atribuições próprias do *Ministério dos Negócios Estrangeiros*;
- Elaborar o orçamento do Ministério e orientar a elaboração dos projectos de propostas de *Lei de Programação Militar* (LPM), coordenando e fiscalizando a respectiva execução;
- Prestar apoio técnico e administrativo ao *Conselho Superior de Defesa Nacional* e ao Primeiro-Ministro, no exercício das suas funções, em matéria de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Organograma do Ministério da Defesa Nacional:

- ***Ministro da Defesa Nacional (MDN)***
- ***Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar (SEDNAM)***
- ***Secretaria-Geral do MDN (SGMDN)***
- ***Inspecção-Geral da Defesa Nacional (IGDN)***
- ***Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN)***
- ***Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM)***
- ***Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa (DGAIED)***
- ***Instituto da Defesa Nacional (IDN)***
- ***Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)***

A *Secretaria-Geral* tem por missão assegurar o apoio técnico e administrativo aos gabinetes dos membros do Governo integrados no Ministério da Defesa Nacional e aos demais órgãos e serviços nele integrados, no âmbito do apoio técnico jurídico, da gestão de recursos internos, da documentação e da comunicação e relações públicas, assegurando ainda o planeamento financeiro dos recursos essenciais ao MDN.

A *Inspecção-Geral de Defesa Nacional* tem por missão assegurar o acompanhamento e avaliação permanentes da execução das políticas na área da defesa, contribuindo para a melhoria de funcionamento das estruturas da defesa nacional, apreciar a legalidade e regularidade dos actos praticados pelas Forças Armadas, serviços e organismos do MDN, sujeitos à superintendência ou tutela do membro do Governo

responsável pela área da defesa nacional, bem como avaliar a sua gestão e os seus resultados, através do controlo de auditoria técnica, de desempenho e financeira.

A *Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional* tem por missão garantir a assessoria técnica na formulação das grandes linhas de acção da política de defesa, no planeamento estratégico de defesa e nas relações externas de defesa, bem como a responsabilidade pelo planeamento, estudo e elaboração de propostas de orientações de nível político-estratégico, acompanhamento e ponderação da respectiva execução, competindo-lhe ainda promover e coordenar a política de cooperação técnico-militar.

A *Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional* está inserida na estrutura orgânica do Ministério da Defesa Nacional e a sua actividade encontra-se na directa dependência do Ministro da Defesa Nacional. Tem por missão:

- Acompanhar e analisar a evolução da conjuntura internacional e as suas implicações estratégicas na área da segurança e defesa, coordenando e avaliando a implementação do planeamento estratégico, tendo em vista minimizar vulnerabilidades e maximizar potencialidades;
- Planear, desenvolver e coordenar as relações externas de defesa, nomeadamente no quadro da ONU, UE, OTAN, CPLP, OSCE e em outras instâncias de natureza multilateral a que Portugal pertença, procedendo à sua avaliação, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, observando o princípio da unidade da acção externa do Estado e apoiando neste âmbito a participação do Ministério da Defesa Nacional;
- Apoiar a formulação de políticas de cooperação bilateral com outros Estados, na área da defesa, preparando e negociando a celebração de acordos ou outros instrumentos de direito internacional, integrando e coordenando as actividades a desenvolver neste âmbito, designadamente através da articulação funcional, ao nível político-estratégico, com os adidos de defesa.

A *Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar* tem por missão conceber, harmonizar e apoiar tecnicamente a definição e execução das políticas de recursos humanos necessários à defesa nacional e o apoio aos antigos combatentes. Neste sentido, cabe a esta Direcção-Geral:

- Estudar, propor e assegurar a concretização das medidas de política de recursos humanos, militares, militarizados e civis, respectivos regimes jurídicos e demais

legislação aplicável, assim como propostas relativas à mobilização necessária à prossecução dos objectivos permanentes da política de defesa nacional;

- Propor e avaliar as medidas relativas aos vínculos, carreiras e remunerações do pessoal militar, militarizado e civil das Forças Armadas;
- Planear, dirigir e monitorizar o processo de recrutamento militar e de apoio à reinserção sócio-profissional;
- Propor e avaliar a política nos domínios do ensino, formação e desenvolvimento profissional;
- Propor e avaliar a política social e de reabilitação, acompanhar a respectiva execução e instruir os processos de qualificação dos deficientes das Forças Armadas;
- Participar na definição da política de ensino superior militar, em articulação com o *Conselho de Ensino Superior Militar*.

A *Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa* tem por missão conceber, propor, coordenar, executar e apoiar as actividades relativas ao armamento e equipamento de defesa e ao património e infra-estruturas necessários ao cumprimento das missões da defesa nacional. Junto da DGAIED funciona ainda o gabinete do Oficial de Ligação junto da *Agência OTAN de Manutenção e Abastecimento* (NAMSA), no Luxemburgo, e no âmbito das responsabilidades nacionais tem ainda sob sua dependência administrativa e financeira a *Estação Ibéria OTAN*. Desde Novembro de 2009 que a *Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa* está em processo de fusão com a *Direcção-Geral de Infra-Estruturas* para formar a *Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa*; esta ainda não tem o seu plano de missão definido oficialmente.

O *Instituto da Defesa Nacional* (IDN) é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa e dispõe de autonomia científica e pedagógica. Tem como missão principal o apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação das questões de segurança e defesa, nomeadamente:

- Assegurar o apoio à formulação e desenvolvimento do pensamento estratégico nacional nos domínios relacionados com a segurança e defesa;

- Fomentar a elaboração e discussão de outras vertentes ligadas a um pensamento estratégico nacional, em sinergia com os organismos públicos e privados vocacionados para tal;
- Assegurar a investigação, o estudo e a divulgação das questões de segurança e defesa;
- Promover e reforçar as relações civis-militares e valorizar os quadros das Forças Armadas, da Administração Pública, dos sectores público, privado e cooperativo, através do estudo, divulgação e debate dos grandes temas nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e defesa;
- Contribuir para a sensibilização da sociedade para as questões da segurança e defesa, em especial no que respeita à consciência para os valores fundamentais que lhe são inerentes.

O *Instituto de Estudos Superiores Militares* é um estabelecimento de ensino pós-graduado integrado no Ministério da Defesa Nacional e directamente dependente do Ministro da Defesa Nacional. Tem por missão ministrar aos oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas a formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares, necessária ao desempenho das funções de comando, direcção e estado-maior ao nível dos Ramos e em forças conjuntas e combinadas, assim como ao desempenho de cargos em organizações internacionais.

II. 3. O Estado-Maior General das Forças Armadas

O *Estado-Maior General das Forças Armadas* (EMGFA) é o órgão militar superior da República Portuguesa e tem por atribuições o planeamento, a direcção e o controlo do emprego das *Forças Armadas Portuguesas* no cumprimento das missões e tarefas operacionais que a estas incumbem.

O *Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas* (CEMGFA) responde em permanência perante o Governo através do MDN. O CEMGFA exerce comando completo das Forças Armadas em estado de guerra e o seu comando operacional em tempo de paz. O CEMGFA poderá delegar nos vice-almirantes ou generais-adjuntos a competência para a prática de actos relativos às áreas que lhe são funcionalmente atribuídas, bem como autorizar a subdelegação da mesma. Compete ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas:

- Presidir ao *Conselho de Chefes de Estado-Maior* dispondo de voto de qualidade;

- Planear, dirigir e controlar a execução da estratégia da defesa militar, superiormente aprovada, nomeadamente o emprego operacional do sistema de forças;
- Elaborar e apresentar ao Conselho de Chefes de Estado-Maior a proposta de doutrina militar conjunta;
- Avaliar o estado de prontidão, a disponibilidade, a eficácia e a capacidade de sustentação de combate das forças, bem como promover a adopção das medidas correctivas tidas por necessárias;
- Planear e dirigir o treino operacional conjunto e formular a orientação de treino a seguir nos exercícios combinados.

O *Chefe do Estado-Maior Conjunto* (CEMCONJ) dirige o *Estado-Maior Conjunto* (EMC), superintende e coordena os órgãos de apoio geral.

A *Divisão de Planeamento Estratégico Militar* (DIPLAEM) presta apoio ao EMC no âmbito do planeamento estratégico militar, das relações internacionais, do planeamento de forças, da doutrina militar conjunta e combinada e da organização e métodos e da actividade de avaliação.

A *Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação* (DICSI) presta apoio de estado-maior nas áreas de planeamento, direcção e controlo dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação.

A *Divisão de Recursos* (DIREC) presta apoio ao estado-maior no âmbito dos recursos humanos, do ensino superior militar, da logística, da saúde militar e das finanças.

A *Unidade Nacional de Verificações* (UNAVE) assegura a participação militar portuguesa nas actividades relacionadas com o controlo internacional de armamentos.

O *Centro de Informações e Segurança Militares* (CISMIL) tem como missão a produção de informações necessárias ao cumprimento das missões específicas das Forças Armadas e à garantia da segurança militar.

O *Comando Operacional dos Açores* (COA) está sedado no Arquipélago dos Açores, na Ilha de S. Miguel. A situação estratégica dos Açores caracteriza-se tendo em consideração as posições de charneira entre o Atlântico e o continente Europeu e de confluência das linhas de comunicação marítimas e aéreas, ligando a Europa à África, às Américas, ao Médio Oriente e ao Sudoeste Asiático.

Dado o seu posicionamento no Atlântico, os Açores são uma plataforma essencial para o reforço da Europa, por forças dos Estados Unidos, para a projecção do poder norte-americano em direcção ao Mediterrâneo, Norte de África, Médio Oriente e Sudoeste Asiático.

O Comando Operacional dos Açores tem por missão:

- Efectuar o planeamento, o treino operacional conjunto e o emprego operacional das forças e meios que lhe forem atribuídos;
- Elaborar e actualizar os planos de defesa militar e de contingência a nível regional, a serem aprovados pelo CEMGFA;
- Planear e executar as medidas superiormente aprovadas, relativas à defesa militar do Arquipélago dos Açores;
- Planear, executar e avaliar o treino operacional conjunto;
- Planear, treinar e coordenar a colaboração das Forças Armadas no âmbito da Protecção Civil.

O *Comando Operacional Conjunto* (COCONJ) tem como funções comandar o *Comando Operacional Conjunto* (COC) e superintender o *Quartel-General de Operações Especiais* (QGOE) e outras estruturas militares conjuntas de natureza operacional. O Comando Operacional Conjunto permite o exercício do comando operacional das forças e meios da componente operacional do sistema de forças nacional. O Quartel-General de Operações Especiais exerce o comando de nível operacional das *Forças de Operações Especiais*.

II. 4. O Exército

O *Exército Português* tem por missão cooperar, de forma integrada, na defesa militar da República, através da realização de operações terrestres. Incumbe ao Exército participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, nomeadamente em operações internacionais humanitárias e de paz, na protecção e evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise, e na representação do país em organismos e instituições internacionais. Em conformidade com as missões das Forças Armadas, estão cometidas ao Exército missões específicas, entre as quais:

- Aprontar e manter as forças necessárias à execução das tarefas da componente terrestre na defesa integrada do território nacional;

- Aprontar e manter, com os graus de prontidão estabelecidos, as forças necessárias para a satisfação dos compromissos internacionais assumidos e as necessidades de apoio à política externa do estado;
- Desenvolver e manter os meios e capacidades necessários para, por mobilização, levantar e aprontar as forças necessárias à defesa militar do território nacional;
- Cooperar, em coordenação com os outros Ramos, nas acções decorrentes da promulgação do estado de sítio e de emergência;
- Assegurar, em coordenação com os outros Ramos e sob sua responsabilidade primária, o enquadramento militar da população, com vista à criação de condições militares para a resistência activa e passiva em caso de ocupação do território nacional;
- Exercer actividades no âmbito da cartografia, colaborando no levantamento cartográfico nacional.

II. 5. A Força Aérea

As origens da *Força Aérea Portuguesa* remontam a 1912, altura em que começaram a ser constituídas as aviações do Exército e da Marinha. Em 1 de Julho de 1952, as aviações do Exército (Aeronáutica Militar) e da Marinha (Aviação Naval) foram fundidas num ramo independente denominado Força Aérea Portuguesa.

A Força Aérea é parte integrante do sistema de forças nacional e tem por missão cooperar na defesa militar da República, através da realização de operações aéreas, e na defesa aérea do espaço nacional. A Força Aérea tem como missões principais a defesa do espaço aéreo nacional e a cooperação com os outros ramos das Forças Armadas na defesa militar da Nação. Tem ainda como missão complementar a participação em missões no âmbito de compromissos internacionais e de interesse público de Portugal.

Os sistemas de armas da Força Aérea têm características de elevada especialidade em relação aos outros Ramos, como a velocidade, a mobilidade, o alcance e a flexibilidade de emprego, quer em operações com meios exclusivos, quer em operações conjuntas ou combinadas.

A Força Aérea está organizada em três níveis de decisão: estratégico, de programação e de execução.

O nível de decisão estratégico compete ao *Chefe de Estado-Maior da Força Aérea* (CEMFA), que exerce o comando da Força Aérea e é apoiado pelo *Estado-Maior da Força Aérea* (EMFA).

O nível de decisão de programação compete aos três comandos funcionais da Força Aérea:

- Comando Operacional da Força Aérea (COFA)
- Comando de Pessoal da Força Aérea (CPESFA)
- Comando Logístico-Administrativo da Força Aérea (CLAFA)

O *Chefe do Estado-Maior da Força Aérea* é o Comandante da Força Aérea, sendo o principal colaborador do Ministro da Defesa Nacional e do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas em tudo o que diz respeito à Força Aérea Portuguesa.

O Estado-Maior da Força Aérea é o órgão de estudo e apoio à decisão do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e é dirigido pelo *Vice-CEMFA*. Tem sob o seu comando os seguintes órgãos:

- Inspeção-Geral da Força Aérea
- Academia da Força Aérea
- Direcção de Informática
- Museu do Ar
- Arquivo Histórico da Força Aérea
- Banda de Música da Força Aérea

O *Comando Operacional da Força Aérea* (COFA) tem como missão o planeamento, direcção e controlo dos sistemas de armas e actividade de defesa aérea do território nacional. Compete ainda a este comando a segurança de todas as unidades e órgãos da Força Aérea.

Recentemente, a Força Aérea, avaliando o seu efectivo empenhamento internacional, o tipo de missões e os locais em que as aeronaves nacionais têm sido empregues, decidiu reformular as missões das equipas RESCOM, entretanto desactivadas, criando a *Unidade de Protecção da Força* (UPF) da *Polícia Aérea*. Esta nova força, dependente do *Comandante do Comando Aéreo*, tem uma missão bem mais abrangente que o ex-RESCOM. De carácter expedicionário, tem como missão primária garantir a protecção activa dos destacamentos da Força Aérea nos diferentes teatros de operações.

Militares desta força integraram o *Destacamento da Força Aérea C-130* no Chade, no âmbito das missões EUFOR-TCHAD/RCA (*République Centrale d'Afrique*) e no Afeganistão, no âmbito da NATO-ISAF (*International Security Assistance Force* - Força Internacional de Segurança e Assistência).

O *Comando de Pessoal da Força Aérea* (CPESFA) tem por missão administrar os recursos humanos da Força Aérea. Para atingir esse objectivo, tem sob o seu comando os seguintes órgãos:

- Direcção de Pessoal
- Direcção de Instrução
- Direcção de Saúde
- Serviço de Justiça e Disciplina
- Serviço de Acção Social
- Serviço de Assistência Religiosa
- Instituto de Saúde da Força Aérea
- Hospital da Força Aérea
- Centro de Medicina Aeronáutica
- Centro de Psicologia da Força Aérea
- Centro de Recrutamento e Mobilização
- Base do Lumiar
- Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea

O *Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea* (CLAFA) tem por missão assegurar a administração dos recursos materiais e financeiros. Para atingir essa finalidade, tem sob o seu comando os seguintes órgãos:

- Direcção de Abastecimento
- Direcção de Electrónica
- Direcção de Finanças
- Direcção de Infra-estruturas
- Direcção de Mecânica de Aeronáutica
- Repartição de Transportes
- Serviço Administrativo do CLAFA
- Repartição de Armamento
- Depósito Geral de Material da Força Aérea
- Grupo de Engenharia de Aeródromos da Força Aérea

- Centro de Manutenção Electrónica

A Força Aérea Portuguesa é hoje, em termos internacionais, uma força de média dimensão, com equipamento ao nível dos mais modernos do mundo. Contrariamente a outras forças aéreas, a Força Aérea Portuguesa não atribui uma designação própria às suas aeronaves, adoptando normalmente a designação do fabricante ou fornecedor. Este é algum do material de voo que a Força Aérea actualmente possui:

- Aeronaves de Luta aérea:
 - Lockheed Martin F-16 A/B MLU
 - Lockheed Martin F-16 A/B OCU
- Aeronaves de luta anti-superfície:
 - Dassault-Dornier Alpha-Jet
 - Lockheed P3 P Orion
 - Lockheed Martin F-16 A/B OCU
- Aeronaves de Apoio:
 - CASA C-212-100 Aviocar
 - CASA C-212-300 Aviocar
 - Casa C-295
 - Agusta-Westland EH-101 Merlin
 - Aerospatiale SA-330 Puma
- Aeronaves de Instrução:
 - Aerospatiale Epsilon-TB 30
 - CASA C-212-100 Aviocar
 - OGMA Chipmunk Mk 20
 - Dassault-Dornier Alpha-Jet
 - L-23 Super Blanik

II. 6. A Marinha

A *Marinha Portuguesa* é uma força essencial na protecção da última fronteira externa que Portugal tem no espaço europeu - fronteira marítima - onde se podem materializar um conjunto elevado de ameaças à soberania, à economia, à capacidade de influência no seio das alianças e da comunidade internacional, principalmente num país quase arquipelágico como é Portugal.

A Marinha tem por missão cooperar na defesa militar da República, através da realização de operações navais. A Marinha é a garantia da soberania e protecção dos interesses dos portugueses e do Estado, no e pelo Mar.

A dimensão e importância da Marinha revela-se nas actividades de carácter militar e diplomático que desenvolve e que compreendem:

- A defesa do território nacional e o apoio à política externa através de um espectro muito alargado de tarefas, desde garantir a defesa militar própria e autónoma passando por acções de defesa colectiva e expedicionária e de protecção dos interesses nacionais e de diplomacia naval;
- A protecção das linhas de comunicação;
- O combate às redes transnacionais de terrorismo, tráfico de armas, droga e escravatura;
- A participação nas alianças;
- A projecção de força.

A Marinha desenvolve igualmente missões de interesse público cuja actividade assenta essencialmente nas seguintes áreas:

- Busca e salvamento marítimo;
- Segurança marítima, salvaguarda da vida humana no mar, vigilância, fiscalização e policiamento, actuação dos meios da Marinha em estados de sítio e de emergência e acções de protecção civil;
- Fiscalização da pesca e combate aos ilícitos marítimos.

O *Corpo de Fuzileiros* é uma tropa especial da Marinha Portuguesa, estando vocacionado para a realização de operações anfíbias, reconhecimento costeiro, abordagem em alto mar, segurança de navios de guerra e defesa de instalações navais. Os *Fuzileiros Portugueses* prestam estreita cooperação de natureza técnico-militar aos Fuzileiros de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, e desde 1997, têm participado isoladamente e de forma conjunta ou combinada em operações de apoio à paz e de assistência humanitária na Bósnia-Herzegovina, em Timor-Leste, na ex-República do Zaire, na Guiné-Bissau, em Moçambique, na República Democrática do Congo e no Afeganistão. Ao Corpo de Fuzileiros incumbe promover o aprontamento e o apoio logístico e administrativo das forças, unidades e meios operacionais que lhe estejam atribuídos, e assegurar as acções de formação de pessoal que lhe sejam

cometidas integrando duas grandes unidades, a *Escola de Fuzileiros* e a *Base de Fuzileiros*, e sete unidades operacionais:

- Batalhão de Fuzileiros Nº 1
- Batalhão de Fuzileiros Nº 2
- Unidade de Meios de Desembarque
- Unidade de Polícia Naval
- Destacamento de Acções Especiais
- Companhia de Apoio de Fogos
- Companhia de Apoio de Transportes Táticos

Como *Corpo de Forças Especiais*, são-lhe incumbidas missões específicas que obrigam a uma prontidão operacional permanente - razão pela qual os Fuzileiros têm um treino técnico-militar bastante especializado e exigente - nomeadamente:

- Participar em operações anfíbias, conjuntas e/ou combinadas, integrando forças nacionais, multinacionais ou OTAN, na defesa do território nacional ou dos interesses portugueses no estrangeiro;
- Colaborar em tarefas decorrentes de protocolos de cooperação bi- ou multilateral, nomeadamente com os países lusófonos, no âmbito da cooperação técnico-militar;
- Efectuar operações de assistência humanitária, protecção e/ou evacuação de cidadãos nacionais residentes no estrangeiro, bem como de manutenção, imposição e consolidação da paz, de forma autónoma ou integrando outras forças;
- Colaborar em tarefas decorrentes do apoio a autoridades civis, mormente em situações de catástrofe, calamidade ou acidentes graves.

III. PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM MISSÕES E EXERCÍCIOS INTERNACIONAIS DE DEFESA

III. 1. A participação portuguesa em missões nacionais e internacionais

Com um total de efectivos nacionais de 608 militares (542 homens e 66 mulheres), Portugal está:

No Kosovo

O 1º BIMec (1º *Batalhão de Infantaria Mecanizado*) é constituído por 290 militares, com 5 militares no *Quartel-General da KFOR Kosovo Force*. A missão consiste em verificar a retirada das forças sérvias da província e estabelecer a presença internacional

e dar cumprimento aos acordos de Rambouillet no sentido de se chegar a uma solução pacífica para o conflito. Portugal juntou-se à operação terrestre da OTAN, integrando a KFOR em Julho de 1999, com uma unidade de escalão batalhão (*Agrupamento*) composto por 300 militares, um *Destacamento de Operações Especiais* (DOE) e um TACP (*Tactical Air Control Party* - Destacamento de Controlo Aéreo-Táctico). O Agrupamento ocupou um sector na região de Klina, a oeste do Kosovo, integrado numa brigada de comando italiano, assim como o TACP. A missão genérica do agrupamento português era de estabelecer uma presença permanente em toda a área de responsabilidade a fim de verificar, e se necessário impor, o acordo com a Jugoslávia para a retirada das suas forças do Kosovo e o acordo de desmilitarização do UÇK. O DOE cumpriu missões de vigilância em zonas fronteiriças e participou em dispositivos anti-sniper em diversas localidades. O TACP apoiou fundamentalmente a brigada multinacional oeste, conduzindo operações de apoio aéreo próximo de treino e reais. Os três agrupamentos portugueses que sucessivamente integraram esta força multinacional foram ainda empregues fora do seu sector, nomeadamente em Mitrovica, em reforço ou substituição de outras unidades. Em Abril de 2001, o agrupamento português retira-se definitivamente do Kosovo seguindo-se em Agosto o Destacamento de Operações Especiais e em Fevereiro de 2002, o TACP.

No Líbano

Após a decisão do *Conselho Superior de Defesa Nacional* de 30 de Agosto de 2006, ficou decidido a forma de participação de Portugal na UNIFIL (*United Nation International Force in Lebanon*) com uma *Unidade de Engenharia* (UnEng) composta por 140 militares e 5 militares no Quartel-General da UNIFIL. A Unidade de Engenharia e o seu aquartelamento UBIQUE CAMP estão situados no Sector W, na localidade de Shama. Tem como missão conduzir tarefas de construção horizontal e vertical em apoio das unidades da UNIFIL em toda a *Área de Operações* (AOR), apoiar a *Liberdade de Movimentos* (*Free of Movements* - FoM) em toda a AOR, apoiar as *Forças Armadas do Líbano* (LAF) e a população civil e apoiar actividades humanitárias, sempre de acordo com as suas capacidades e conforme as directivas do Comandante da UNIFIL.

Na Bósnia

Portugal integra a *Integrated Police Unit* (IPU) no âmbito da Operação *Althea* da EUFOR (*European Union Force* - missão militar da União Europeia) com um *Pelotão*

de Ordem Pública, uma equipa de investigação criminal, o Comandante da *Unidade de Investigação Criminal* e o seu assistente, num total de 32 elementos da *Guarda Nacional Republicana*. Portugal participa ainda com 8 elementos no QG da IPU em Camp Butmir, em Sarajevo. Desde 28 de Outubro que Portugal ocupa o cargo de Comandante da IPU em substituição de Itália (cargo semestral rotativo entre países da EUROGENDFOR (*European Gendarmerie Force*)). Presentemente, Portugal tem neste *Teatro de Operações* (TO) um militar em funções de estado-maior no QG da Força, em Sarajevo, um militar como Oficial de Ligação no QG do RCC 4 (*Rescue Coordination Center* - Centro Coordenador de Salvamento) em Tuzla, e 12 militares em duas *Liaison Observation Teams* (LOT) - Derventa e Modrica, para além dos elementos da GNR já referidos. Portugal iniciou a sua participação na operação *Althea* da EUFOR com sub-unidades do 2ºBIMec/BMI (2º *Batalhão de Infantaria Mecanizado da Brigada Mecanizada Independente*) no dia 2 de Dezembro de 2004.

Na Somália

O fenómeno da pirataria marítima ao largo da costa da Somália constitui actualmente uma ameaça à segurança dos espaços marítimos adjacentes, colocando em causa uma das principais rotas do comércio marítimo entre a Europa e o Oriente, afectando já, inclusivamente, o fornecimento de crude proveniente do Médio Oriente. Atento a esta realidade, o *Conselho de Segurança das Nações Unidas* aprovou, em 2 de Junho de 2008 e 07 de Outubro de 2008, as resoluções nº 1816 e nº 1838. Nestas resoluções, os Estados são incentivados a cooperar com o *Transitional Federal Government* (TFG) da Somália, no âmbito do combate aos actos de pirataria perpetrados ao largo da sua costa, podendo para o efeito entrar nas respectivas águas territoriais, com o objectivo de reprimir estes actos de forma idêntica à que é permitida no alto mar.

No âmbito da Operação EUNAVFOR Atalanta, que se desenvolverá até final de 2009, Portugal, depois de avaliadas as diferentes opções militares, disponibilizou um oficial da Marinha para integrar o estado-maior embarcado, de responsabilidade grega, por um período de seis meses, prorrogável.

Desde Outubro de 2008 que o SNMG2 (*Standing NATO Response Force Maritime Group 2*) se encontra ao largo da costa da Somália, com a missão de garantir a escolta dos navios mercantes do *World Food Program* (WFP) das Nações Unidas, que, até à data, se têm constituído como os principais alvos dos piratas. O SNMG2 deverá permanecer na área até meados de Dezembro do presente ano.

Pelo que antecede, afigura-se como provável o empenhamento do SNMG1 (*Standing NATO Response Force Maritime Group 1*), cujo comando é exercido por Portugal entre Janeiro de 2009 e Janeiro de 2010, por ocasião da missão fora-de-área denominada *South Asia Deployment* prevista para o período de 16 de Março a 09 de Julho de 2009.

Em Timor

No âmbito da UNMIT (*United Nations Mission in Timor*), Portugal participa com 3 militares que desempenham funções de oficiais de ligação, e apoia o Governo de Timor-Leste numa revisão do futuro papel e necessidades do sector de segurança, incluindo as *Falintil* (Forças Armadas de Defesa Timor-Leste), o Ministério da Defesa, a PNTL (*Polícia Nacional de Timor-Leste*) e o Ministério do Interior, através de conselheiros, em cooperação e coordenação com outros parceiros.

Em 19 de Maio de 2004 teve lugar a cerimónia de transferência de autoridade para as autoridades de Timor-Leste. A *Peace Keeping Force* (PKF) foi substancialmente reduzida (de 1550 para 477 militares) e o *Agrupamento Hotel* regressou a Portugal. Foi a última unidade de escalão batalhão que integrou esta missão.

No processo de redimensionamento da UNMISSET (*United Nations Mission of Support in East Timor*), coube a Portugal chefiar o *Military Liaison Group* (42 elementos). Para este Grupo, Portugal contribuiu com 5 militares, incluindo o chefe com o posto de Coronel. Durante esta última fase da UNMISSET, a contribuição portuguesa cifrou-se num total de 11 militares. Em 20 de Maio de 2005 verificou-se a saída da *Peace Keeping Force* e a UNMISSET deu lugar à missão UNOTIL (*United Nations Office in Timor-Leste*) que contou com um grupo de apenas 15 militares com funções de aconselhamento, o *Military Training and Advisory Group* (MTAG). Portugal contribuiu com 2 militares, sendo um deles o chefe do MTAG, o Coronel que transitou da chefia do Grupo de *Observadores Militares* da UNIMET. Na sequência dos incidentes que atingiram Timor-Leste no final da Primavera de 2006, a UNOTIL foi substituída, em 26 de Agosto, pela UNMIT (*United Nation Missions in Timor-Leste*). Esta missão, com uma componente essencialmente policial, elevou o efectivo de militares para 34.

Desde Janeiro de 2008 que a participação portuguesa mantém-se com 3 militares (2 do Exército e 1 da Marinha).

No Afeganistão

Portugal participa no *International Security Assistance Force* (ISAF) com duas *Orientation Mentor Liaison Team* (OMLT) com 84 elementos (28 mentores):

- Uma equipa médica com 16 elementos;
- Três elementos no Quartel-general;
- Uma *OMLT Guarnição* para treinar, orientar e ensinar procedimentos administrativo-logísticos a uma unidade de guarnição do *Exército Nacional Afegão*;
- Uma *OMLT Divisão* para treinar, orientar e ensinar procedimentos de estado-maior a uma divisão do Exército Nacional Afegão com vista ao seu emprego operacional;
- Um módulo de apoio para garantir o funcionamento, a sustentação e a protecção da Força às *Forças Nacionais Destacadas* atribuídas à ISAF e, quando necessário, apoiar outros militares nacionais em missão no Teatro de Operações do Afeganistão;
- Uma equipa médica que integra o Hospital Militar em Kaia.

Portugal iniciou a sua participação na ISAF em 2002, quando contribuiu com uma equipa sanitária dos três Ramos das Forças Armadas e um C-130. Em Maio de 2004 foi retomada a participação de Portugal na ISAF, já sob comando da OTAN, com uma equipa de controladores, outra de bombeiros e um destacamento de C-130 da Força Aérea. Em 2005, durante 4 meses, Portugal, como *Lead Nation*, comandou o Grupo de Comando do Aeroporto de Kabul (KAIA). Neste mesmo ano deu-se início à contribuição com uma *Quick Reaction Force* (QRF), constituída por uma companhia de infantaria do Exército e um grupo de controladores aéreos avançados TACP (*Tactical Air Control Party* - Destacamento de Controlo Aéreo-Tático) da Força Aérea que operaram no Afeganistão durante 3 anos. Em 2008, concluída em Agosto a participação com a QRF, Portugal contribuiu com um destacamento de C-130 para transporte aéreo intra-teatro. Ainda em 2008, durante o mês de Maio, Portugal iniciou a participação na ISAF com uma *Operational Mentor Liaison Team* que assessora uma unidade de guarnição do Exército Nacional Afegão, à qual acrescentou uma nova OMLT em Março de 2009 em apoio à *Kapital Division* em Cabul. Em 2009 Portugal contribuiu para o esforço da OTAN no apoio ao processo eleitoral, entre Julho e Outubro, com um

Destacamento de Transporte Aéreo Tático (41 militares e um C-130) da Força Aérea Portuguesa.

III. 2. A participação portuguesa em exercícios nacionais e internacionais

O Exercício Felino

O *Exercício FELINO* insere-se numa série de *Exercícios Militares Conjuntos e Combinados* desenvolvidos no âmbito da cooperação técnico-militar com a CPLP (*Comunidade de Países de Língua Portuguesa*) que têm como finalidade permitir a interoperabilidade ao nível dos procedimentos e doutrina das Forças Armadas dos Estados Membros da CPLP e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide das Nações Unidas.

O Exercício FELINO 2009, que terá lugar em Boane, Moçambique, será do tipo *Posto de Comando* e conta com a participação de militares das Forças Armadas dos países membros da CPLP. Este exercício tem como finalidade o treino de uma *Força Tarefa Conjunta e Combinada* (FTCC).

O cenário fictício do *Exercício Felino 2008* teve lugar na região de Aveiro. Simulou uma situação de crise humanitária com implicações de segurança, a decorrer em ambiente permissivo, empregando dados geográficos reais de Portugal. A preparação do exercício contou ainda com actividades de formação de quadros de que se salientam o estágio centrado nas matérias do *Planeamento Operacional* e das *Regras de Empenhamento*, a ter lugar no *Centro de Simulação do Exército*, em Pedrouços, no período de 16 a 20 de Junho, e o *Estágio de Operações de Apoio à Paz* administrado pelo CITOAP/EPI (*Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz da Escola Prática de Infantaria*) no RI 10 (*Regimento de Infantaria nº 10*).

O Exercício Lusíada

O *Exercício Lusíada* é um exercício LIVEX (*live exercise*), que envolve o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), através do Centro de Operações Conjunto (COC) e conta com Forças Navais, Terrestres e Aéreas. O Lusíada é um exercício de preparação das Forças Armadas para o cumprimento das missões específicas de apoio à política externa, nomeadamente a protecção e evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise. Este exercício anual desenvolve-se num cenário fictício de evacuação de cidadãos nacionais e, eventualmente, de países amigos ou aliados, com a

activação de unidades pertencentes à *Força de Reacção Imediata* (FRI), operação tipificada em termos OTAN como *Operação de Evacuação de Não-combatentes* (NEO).

Este tipo de operações insere-se num plano mais vasto, ao nível nacional, pelo que implica a coordenação estreita entre os Ministérios da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna, envolvendo designadamente as estruturas do *Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência* (CNPCE), o *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* (SEF) e o *Instituto Nacional de Emergência Médica* (INEM). Neste tipo de exercícios estão normalmente presentes elementos das referidas entidades o que permite a articulação de procedimentos como por exemplo a montagem de *Centros de Coordenação de Evacuados* (CCE).

O Exercício CMX (*Crisis Management Exercise*)

Este exercício de tipo CPX (*Command Post Exercise*) decorre ao nível estratégico político-militar, no âmbito da OTAN, sob o patrocínio do Secretário-geral da OTAN. Tem por finalidade praticar, testar e validar a gestão, as medidas e os mecanismos relacionados com o processo de consulta e de decisão colectiva na resposta a crises, de maneira a manter e melhorar a capacidade da Aliança na resolução de crises.

Os seus principais objectivos são treinar:

- Os procedimentos de gestão de crises;
- O staff do *OTAN Crisis Response System* (NCRS);
- Os processos de consulta e decisão política;
- A aptidão OTAN de resposta a ameaças NBQR (Nuclear, Biológica, Química e Radiológica);
- A cooperação civil-militar;

Neste exercício estão envolvidos:

- O staff designado nas capitais aliadas;
- O Quartel-General da OTAN;
- Os *Strategic Command Head-Quarters*;
- O *Signal Intelligence* (SIGINT) *Section Brussels*;
- O DISTAFF (*Directing Staff*) no QG da OTAN e nas capitais;

- O DISTAFF *Political Response Cell* (PRC) com representantes da UE, das Nações Unidas, dos PfP (*Partnership for Peace*) e de outras ONG convidadas a participar;
- O DISTAFF *Media Simulation Cell* (MSC).

A nível nacional participam elementos do MDN como entidade coordenadora, do MNE, do CNPCE (*Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência*), do MAI, do EMGFA, do SIS (*Serviço de Informações de segurança*) e do SIED (*Serviço de Informações Estratégicas de Defesa*).

O Exercício Milex

Este exercício de tipo CPX (*Command Post Exercise*) é centrado nos aspectos militares da gestão de crises ao nível militar estratégico e operacional, baseado num cenário que prevê uma operação de gestão de crise liderada pela União Europeia. O objectivo é de exercitar e avaliar os aspectos militares de gestão de crises da União Europeia ao nível militar estratégico e operacional, sem o recurso a meios e capacidades da OTAN. Neste exercício estão envolvidos:

- O EUMC/EUMS (*European Union Military Committee/European Union Military Staff*) em Bruxelas, com o EU-OHQ (*European Union Operation Headquarters*) activado em Larissa (Grécia) e o EU-FHQ (*European Union Force Headquarters*) activado em Roma (Itália);
- O OSE (*Official scheduling the exercise*), isto é, o SG/HR (*Secretary General/High Representative*);
- O OCE (*Official conducting the exercise*), isto é, o DGEUMS (*Director General EU Military Staff*);
- Oficiais do EMGFA como *Primary Augmentees* no EU-OHQ, desempenhando as funções de CJ3/21-Land1 e CJ5/12 *Operation Analyst*.

A Iniciativa 5+5

O Diálogo 5+5 foi lançado em 1983 e tinha como objectivo promover a cooperação entre os países ribeirinhos do Mediterrâneo Ocidental, nomeadamente a França, Itália, Portugal, Espanha, a que posteriormente se juntou Malta (da margem norte) e a Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia (da margem sul), numa clara tentativa de apoio a estes últimos países, para as áreas da gestão dos recursos naturais, do desenvolvimento dos laços económicos e de apoio financeiro, bem como no campo da emigração e do

apoio à cultura, numa perspectiva conjunta de se criar uma zona de paz e de cooperação, sem qualquer dimensão militar.

No sentido de estimular o Diálogo 5+5 e de alargar esta cooperação à dimensão de segurança e de defesa, a França decidiu lançar em 2004 uma iniciativa de cooperação restrita no formato 4+3 (Portugal, Espanha, França e Itália, mais Argélia, Marrocos e Tunísia). Procurava assim promover uma cooperação mais virada para aspectos práticos, tendo em vista a realização de exercícios, no sentido de desenvolver uma capacidade de actuação conjunta. Ainda em 2004 teve lugar, em Roma, uma reunião, já com a presença da Líbia, Malta e Mauritânia (formato 5+5). Nesta reunião foi aprovado um *Documento de Entendimento* assinado pelos Ministros da Defesa dos "5+5", e um *Plano de Actividades para a cooperação multilateral sobre segurança na bacia ocidental do Mediterrâneo*, englobando as seguintes áreas:

- Vigilância Marítima
- Participação das Forças Armadas no domínio da Protecção Civil
- Segurança Aérea

A *Iniciativa 5+5 Defesa* procura, através de medidas concretas de cooperação entre os países do Mediterrâneo Ocidental, ajudar a criar e manter um clima de confiança e de franca colaboração entre os dez países, com o objectivo de dar um contributo significativo para soluções que respondam a preocupações comuns na área da segurança e da defesa. A Iniciativa tem demonstrado ser um claro exemplo de sucesso, revelando um potencial "laboratorial" para ensaio de medidas de cooperação mais alargada na região do Mediterrâneo, e constituindo-se por outro lado num possível modelo inspirador para outros formatos mais complexos, tais como o *Processo de Barcelona* (UE) ou o *Diálogo do Mediterrâneo* (OTAN).

IV. A NORMALIZAÇÃO

A normalização fornece a base sobre a qual a natureza criou o universo. Na verdade, as partículas fundamentais que constituem os elementos, as suas características individuais, a sua tendência para agir ou reagir umas com as outras, ilustram amplamente o que é normalmente entendido como um padrão de comportamento. O mesmo se aplica a todas as outras substâncias que ocorrem naturalmente ou derivam daquelas que se encontram na natureza. De facto, a normalização na natureza parece apresentar um tal carácter imutável que não existe nenhuma possibilidade de partida,

que não sejam as próprias leis que controlam o comportamento das coisas. Essas leis podem ainda hoje não serem entendidas por todos nós, mas uma vez estabelecidas, elas revelam a complexidade e o padrão lógico e absolutamente simples com que a natureza guia as suas próprias acções.

O estudo da natureza está cheio de exemplos indicando como, subconscientemente, existe uma tendência dirigida à normalização, nas diferentes espécies de animais ou plantas tornando possível a sua co-existência em harmonia.

Também podemos considerar a linguagem falada e escrita como as formas primárias de normalização, estas foram desenvolvidas para possibilitar a comunicação e o entendimento entre a humanidade, ou seja, para normalizar.

A Normalização é a actividade que tem por objectivo estabelecer, perante problemas reais ou potenciais, disposições destinadas a usos comuns e repetidos, com o fim de obter um nível de ordenamento excelente num dado contexto, que pode ser tecnológico, político ou económico. Na prática, a Normalização está presente na fabricação dos produtos, no desenvolvimento de tecnologia, na melhoria da qualidade de vida através de normas relativas à saúde, à segurança e à preservação do meio ambiente. Consiste de um modo particular, na formulação, edição e implementação de Normas.

Numa economia em que as exigências são cada vez mais crescentes, as empresas dependem da sua capacidade de incorporação de novas tecnologias de produtos, processos e serviços. A competição internacional entre as empresas eliminou as tradicionais vantagens baseadas no uso de factores abundantes e de baixo custo. A normalização é utilizada cada vez mais como um meio para alcançar a redução de custo da produção e do produto final, mantendo ou melhorando a sua qualidade.

Assim, a normalização tem por objectivo:

- Assegurar a aptidão ao uso de um produto, processo ou serviço;
- O limitar a variedade, com a redução do número e tipo de produtos abrangendo uma gama definida e adequada face às necessidades do mercado;
- A compatibilidade, com a aptidão de produtos, serviços ou processos para serem utilizados conjuntamente nas condições especificadas para satisfazerem as exigências em causa;
- A intermutabilidade, com a faculdade de utilizar produtos, serviços ou processos alternativos para satisfazer os mesmos requisitos;

- A segurança, com a protecção da vida humana e da saúde;

A importância da Normalização contempla-se nos benefícios que esta transporta para a humanidade, como por exemplo:

- Conduz a acordos e soluções comuns, para problemas de carácter repetitivo;
- Permite melhorar a adequação de produtos, processos e serviços para os quais estes foram concebidos;
- Facilita a cooperação tecnológica entre os países;
- A avaliação da conformidade dos produtos que tanto preocupa os fabricantes; esta não pode efectuar-se sem referenciais normativos;
- O fornecimento de meios de comunicação entre todas as partes interessadas;
- A economia de matérias-primas e do tempo de produção, reduzindo os desperdícios;
- Actualização permanente - a actualização do processo de desenvolvimento de normas, com a adopção de novos métodos de gestão e de novas ferramentas de tecnologia da informação, contribui para que o processo de normalização acompanhe a evolução tecnológica. Esse princípio de actualização deve ser constantemente perseguido para que a normalização atenda à forte demanda, considerando que uma norma desfasada tecnologicamente fatalmente cairá no desuso;
- Salvaguarda do interesse nacional - traduz-se na defesa dos interesses nacionais junto das organizações internacionais através do voto ou da participação em reuniões de comités técnicos;
- Apoio à entidade legislativa através da elaboração e publicação de normas (leis por referência a normas).

IV. 1. Onde e quando se faz normalização?

São os comités técnicos, os subcomités e os grupos de trabalho que se reúnem várias vezes ao ano para elaborar Normalização. Entre uma reunião e outra compilam-se os dossiers de normalização, colectam-se os comentários e as observações e realizam-se outros trabalhos preparatórios. E cada vez mais os membros dos comités recorrem aos sistemas electrónicos, aos correios electrónicos, aos grupos de discussão, aos fóruns electrónicos ou à teleconferência para trocar informações e preparar as fichas de normalização.

Às reuniões de trabalho seguem os princípios de gestão, as ordens do dia e os processos verbais que documentam os conceitos litigiosos, as questões linguísticas e as decisões finais acordadas. Para facilitar a organização e o trabalho do grupo, utiliza-se um sistema de gestão de projectos com o qual se mantém o controlo dos membros do grupo, dos especialistas da área, o calendário das reuniões, a distribuição dos documentos, a correspondência e o estado do projecto.

A elaboração de normas passa geralmente por três etapas:

- A primeira etapa começa com a necessidade de elaborar uma norma. Uma vez reconhecida essa necessidade e firmado um acordo formal a esse respeito, define-se o alcance técnico da futura norma;
- Na segunda etapa, os membros participantes negociam as especificações detalhadas da norma. Após cada etapa de desenvolvimento, um documento é votado antes de passar à fase seguinte do processo. Um acordo é definido por consenso;
- A terceira etapa consiste na aprovação formal do acordo final e na publicação da norma. Os critérios de aceitação variam ligeiramente entre um organismo de normalização e outro. Na ISO (*Organização Internacional de Normalização*), o documento deve ser aprovado por dois terços dos membros que participaram activamente no processo de elaboração da norma e por 75% do conjunto dos membros com direito a voto.

Em resposta à necessidade de produzir normas mais rapidamente, a ISO tem permitido a publicação de documentos provisórios das diferentes etapas de normalização.

Uma vez a área de aplicação de uma futura norma definida, o grupo de normalização deve trabalhar com os promotores do projecto da norma sobre as noções de base que sustentam a norma e deve continuar a colaborar estreitamente com eles à medida que o texto da norma evolui. É preciso evitar estabelecer e definir a terminologia usada depois da elaboração da norma, porque uma vez aceitas as opiniões e estabelecidas as posições, pode ser difícil chegar a um consenso e à harmonização.

No decorrer das etapas preparatórias de deliberação e de aprovação, o responsável ou o coordenador do projecto deve constantemente vigiar se os trabalhos do comité estão em conformidade com as directrizes do Organismo de Normalização, as especificações do projecto e o plano de trabalho.

A qualidade das normas produzidas é essencial. Qualidade na clareza e coerência de conteúdo, rigor na escrita e apresentação são requisitos obrigatórios, tendo sempre por referência as expectativas dos utilizadores.

Numa norma, cada secção tem uma finalidade bem definida e deve ser tida em conta aquando da elaboração da mesma. Assim sendo:

- O preâmbulo deverá identificar claramente os seus destinatários: fabricantes, utilizadores, laboratórios, etc., pelo que há que definir previamente os objectivos e os destinatários da norma;
- O objectivo e o campo de aplicação devem ser redigidos de modo a descrever de forma breve a matéria que a norma cobre;
- O corpo da norma deverá estar de acordo com o seu objectivo e campo de aplicação;
- Requisitos e métodos de ensaio devem aparecer individualizados no texto;
- Os requisitos subjectivos ou não passíveis de verificação objectiva devem ser evitados;
- As informações complementares ou recomendações, quando consideradas essenciais, deverão ser dadas sob a forma de notas de rodapé ou remetidas para anexos, se demasiado longas.

IV. 2. Organismos de normalização

A *Organização Internacional de Normalização* (ISO - *International Organization for Standardization*) é o principal organismo internacional de normalização. A ISO não é um acrónimo, mas o nome de um organismo internacional e suas regras devem ser usadas em todas as línguas. O nome ISO, que vem do grego "isos" (igual), reflecte a filosofia do organismo com participação e acesso aberto às normas. A ISO é um organismo não-governamental constituído por uma rede de institutos de normalização nacional em 146 países. Na condição de organismo mundial de normalização, a ISO oferece uma vasta gama de normas que respondem às exigências de negócios, às necessidades da sociedade e às necessidades dos consumidores e dos usuários.

A ISO continua a desempenhar o seu papel tradicional de manter em actividade os sectores da indústria de forma eficiente através do fornecimento de normas técnicas que o sector necessita, adaptando-as às evoluções da tecnologia, às crescentes preocupações sobre o ambiente e segurança e à omnipresença de tecnologias de informação e

comunicação. No entanto, a tecnologia, a indústria e as actividades económicas não existem de forma isolada. Estas operam num sistema global que abrange as dimensões económica, ambiental e social. A missão da ISO tem evoluído no sentido de fornecer as ferramentas para o desenvolvimento global, isto é, normas baseadas no consenso que apoiam as organizações a ultrapassarem os seus desafios nas três dimensões do desenvolvimento sustentável.

O *Instituto Português da Qualidade* (IPQ) é um instituto público que tem por missão a promoção e a coordenação de actividades que visem contribuir para a credibilidade da acção dos agentes económicos.

Enquanto organismo nacional coordenador do *Sistema Português da Qualidade* (SPQ), são atribuições do IPQ a gestão, a coordenação e o desenvolvimento do SPQ, numa perspectiva de integração de todas as componentes relevantes para a melhoria da qualidade de produtos, de serviços e de sistemas da qualidade e da qualificação de pessoas. Ao IPQ compete, designadamente, promover a elaboração de normas portuguesas, garantindo a coerência e actualidade do acervo normativo nacional e promover o ajustamento de legislação nacional sobre produtos às normas da União Europeia.

IV. 3. Normalização Terminológica

A normalização é o processo utilizado para se chegar a um acordo sobre especificações técnicas. É o uso constante de regras, princípios ou definições de características a fim de assegurar que os materiais, produtos, serviços, processos e sistemas estão interligados e interfuncionais. Em outras palavras, é o processo que resulta de um acordo que permite fazer com que as coisas funcionem em conjunto. A nível internacional, tal se realiza por meio de acordos consensuais entre delegações nacionais que representam parcerias económicas - fornecedores, utilizadores, administradores públicos e representantes da sociedade, como consumidores. Exigem-se características e critérios que sejam aplicados uniformemente na classificação dos materiais, na fabricação e distribuição de produtos, nas experiências e análises, na terminologia e na provisão de serviços. Assim, as normas internacionais oferecem um quadro de referência, ou uma linguagem tecnológica comum, entre produtores e clientes para tornarem mais fáceis as trocas e o desenvolvimento de tecnologias.

Aplicada à terminologia, a normalização resulta de um acordo pelo qual os termos técnicos são utilizados numa norma que especifica as características segundo as quais os termos escolhidos devem ser compreendidos.

Na área da terminologia, existem dois tipos de normas: as normas técnicas (chamadas também de normas de especificação) e as normas terminológicas. As normas técnicas em terminologia são como todas as outras normas técnicas. Estabelecem as características ou as especificações de um produto, processo, serviço ou sistema terminológico, que são objecto de um acordo comum. As normas terminológicas, por sua vez, são como normas de medida porque são consideradas normas fundamentais. Especificam o vocabulário, objecto de um acordo comum, a ser utilizado numa norma ou numa série de normas. As normas terminológicas, antes de precisar as especificações de um produto, serviço ou processo, especificam os termos preferidos com sua definição (as especificações do termo) a ser empregado, de modo a que todos possam compreender as noções essenciais de uma dada norma.

As normas terminológicas podem estar separadas e apresentarem-se sob a forma de norma que contenha todos os termos e as definições empregados em uma série de normas, ou ainda serem reunidas em uma norma particular e serem inseridas em uma secção de norma técnica.

As normas terminológicas são geralmente normas *de jure*, isto é, são elaboradas por um organismo de normalização ou oficial. São o produto de um processo de normalização bem organizado, fundamentado em regras oficiais de produção. Essas regras são acessíveis a todos. As normas *de facto* são aquelas elaboradas por empresas comerciais estabelecidas.

Um projecto de normalização terminológica evolui de acordo com um processo de gestão que se inicia com a definição dos aspectos essenciais do projecto, do contexto e dos critérios segundo os quais o projecto foi estabelecido. A descrição geral do projecto deve estar elaborada num documento com especificações.

Este documento deve precisar os objectivos do projecto, os utilizadores e as suas necessidades, as políticas linguísticas e as decisões de divulgação que guiarão o projecto. O quadro jurídico, financeiro e organizacional deve indicar o contexto no qual o projecto será executado. No quadro do projecto, é preciso responder às seguintes questões:

- A quem compete a informação? Quem tem o direito de vendê-la? Quem pode ter acesso a ela?
- Quem vai financiar o projecto? Quais são as condições de financiamento? Qual o montante do orçamento?
- Quem vai participar? Quais são as condições de participação? Quem é o responsável pela pesquisa? Quem é o responsável pela tomada de decisões?

Assim que o projecto estiver pronto para ser executado, é necessário escolher uma equipa de projecto, estabelecer métodos de trabalho e preparar um plano de projecto.

O ideal é que o coordenador do projecto seja um conhecedor profundo não somente da área em questão, mas também dos princípios e métodos do trabalho terminológico. Depois da escolha dos membros da equipa, o coordenador deve levar em conta a área de estudo, as necessidades dos usuários e deve procurar proceder com equidade diante de todos os participantes.

Uma equipa composta de especialistas da área e de profissionais da língua (incluído um terminólogo profissional) produz melhores resultados. Segundo o tipo de projecto, o terminólogo pode ser um membro permanente da equipa ou participar na qualidade de consultor. Noutros modelos organizacionais, os especialistas da área trabalham como consultores para um grupo de terminólogos ou como profissionais da língua. No caso de pequenos projectos, um único terminólogo pode trabalhar com um especialista.

A equipa deve ser suficientemente grande para ser representativa mas também suficientemente pequena para estimular uma boa comunicação e colaboração e aumentar, assim, sua eficácia.

Os métodos e os procedimentos de trabalho devem ser claros para todos os membros da equipa. O coordenador do projecto deve assegurar-se de que todos os membros estão familiarizados com a metodologia de base a ser seguida e com as normas técnicas aplicáveis. Os membros da equipa devem ter acesso a todas as normas técnicas da ISO relacionadas com Terminologia, aos dicionários de língua geral, aos léxicos especializados da área em estudo e a todos os outros recursos necessários. É preciso empenhar todos os esforços possíveis para seguir as normas técnicas estabelecidas em terminologia e para utilizar ao máximo a terminologia já existente na área.

O plano de trabalho deve incluir uma descrição da área estudada (deve precisar as áreas a incluir e a excluir), as línguas cobertas e o número de noções a descrever. Se a

quantidade de noções ultrapassar os parâmetros do projecto, os trabalhos podem ser subdivididos em subprojectos paralelos ou sucessivos. O plano de trabalho deve igualmente apresentar um calendário detalhado, informando os prazos e a data precisa de cada fase dos trabalhos, bem como as responsabilidades de cada membro da equipa. O calendário deve ter flexibilidade suficiente para prever desistências ou demissões de membros e atraso das tarefas ou da publicação. É preciso calcular, detalhadamente, um orçamento para cada fase do projecto, incluindo as despesas de publicação e de difusão.

O trabalho terminológico implica essencialmente:

- A recolha da documentação pertinente;
- O exame dos termos e dos dados terminológicos para elaborar os sistemas de conceito;
- A elaboração das definições;
- A organização das entradas de acordo com o sistema que seja mais conveniente aos utilizadores.

Se o projecto implicar uma terminologia bilingue ou multilingue, um trabalho terminológico paralelo deve ser estabelecido para procurar os equivalentes terminológicos em outra ou outras línguas.

Os membros da equipa podem recorrer ao correio electrónico, aos grupos de discussão, aos fóruns na internet ou às teleconferências para trocar informação e reunir os arquivos de normalização. Os membros têm a liberdade de se reunir para resolver problemas, conciliar os conceitos, os termos e as respectivas definições.

Durante a fase de organização, o coordenador do projecto deve assegurar-se da utilidade das normas técnicas criadas para a terminologia e dos procedimentos estabelecidos pela equipa do projecto. O coordenador do projecto deve avaliar constantemente os trabalhos para assegurar-se de que as especificações iniciais e o plano de trabalho estão a ser respeitados.

O trabalho de um comité de normalização consiste em chegar a um acordo sobre um único termo para designar cada conceito numa norma particular, ou família de normas, e precisar os traços que caracterizam o conceito, geralmente mediante uma definição.

A fim de evitar esforços inúteis, é preciso recolher e examinar, previamente, as normas terminológicas já existentes, tanto as já concluídas quanto as que estão a ser elaboradas. É importante que o comité documente todos os resultados das pesquisas e as fontes

terminológicas utilizadas. Todos os documentos devem ser enumerados de acordo com as directrizes estabelecidas.

Uma norma terminológica é uma norma fundamental. O objectivo é apoiar os trabalhos de outros comités, fornecendo-lhes a terminologia necessária para elaborar normas ou documentos conceitualmente coerentes. Para isso, é necessário estabelecer um mecanismo de intercâmbio de informação entre o comité de terminologia e outros comités que elaboram normas ou documentos. O ideal é que os comités trabalhem de forma conjunta.

A normalização terminológica é feita dentro dos grupos de trabalho, dos comités e dos subcomités técnicos. Esperam-se os melhores resultados de um comité ou de um grupo de trabalho de normalização integrado por especialistas qualificados na matéria, de terminólogos profissionais procedentes do sector industrial, de centros de pesquisa, de instituições governamentais, de organismos de consumidores e de organizações internacionais do mundo inteiro.

Na ISO, os países membros designam representantes para um grupo de trabalho ou um comité. A elaboração das normas, dentro do grupo de trabalho, é dirigida por um responsável que frequentemente é o coordenador do projecto. Se não existe um terminólogo designado, o responsável deve assegurar-se de que os membros estão familiarizados com os princípios fundamentais da terminologia e com a metodologia do trabalho terminológico, colocando à sua disposição seminários, cursos interactivos ou documentação. Todos os membros devem ter rápido acesso às normas técnicas do Comité Técnico 37 da ISO, a dicionários de língua geral, a vocabulário técnico da área em estudo e a outras fontes.

Ciente da importância do responsável pelo projecto, o comité técnico deve escolher cuidadosamente uma pessoa capaz de exercer liderança, que seja hábil para incentivar o trabalho da equipa. O responsável deve estar familiarizado com a área temática a ser estudada e com os princípios e métodos do trabalho terminológico. O comité técnico pode nomear um responsável e um coordenador de projecto. O papel do responsável consiste em presidir as reuniões do grupo de trabalho para que o coordenador do projecto possa concentrar-se nas suas deliberações. O coordenador do projecto é igualmente apoiado pelo presidente e pelo secretário do comité, também ele responsável pelas tarefas administrativas. É importante que todos os participantes compreendam

bem as tarefas que terão de cumprir para que o trabalho do grupo seja realizado nas melhores condições.

Os conceitos litigiosos devem ser resolvidos, conjuntamente, por membros do grupo com a participação igualitária de todos. Deve prestar-se atenção ao princípio de representação igualitária. Sabendo-se que alguns membros participantes podem trabalhar na sua segunda ou terceira língua, o responsável/coordenador do projecto deve assegurar-se de que todos os membros compreendem bem as questões discutidas, garantindo, ao mesmo tempo, que seja mantida a integridade da língua de trabalho.

V. A NORMALIZAÇÃO OTAN

Definida pelos Estados-Maiores dos três Ramos como a capacidade de vários sistemas, unidades ou organismos a operar em conjunto graças à compatibilidade das suas organizações, doutrinas, procedimentos, equipamentos e relações respectivas, a interoperabilidade nos três Ramos das Forças Armadas Portuguesas e nas forças armadas internacionais necessita, antes mesmo de trabalhar em conjunto, de poder fazer-se entender e portanto de falar a mesma linguagem. Falar a mesma linguagem significa utilizar uma língua comum, uma terminologia, definida como sendo um conjunto de palavras técnicas que pertencem a uma ciência ou a uma arte, a um investigador ou a um grupo de investigadores. Esta terminologia deve corresponder a um vocabulário específico às actividades militares e de defesa. Ela especifica o sentido exacto que deve ser atribuído a cada termo ou expressão. É deste modo a ferramenta indispensável a qualquer reflexão conceitual ou doutrinal entre as armas e os ramos, num âmbito nacional ou no seio de alianças e de organizações internacionais como a OTAN, a ONU ou ainda a UE.

A normalização OTAN permite aos países membros da Aliança reforçar a sua capacidade em executar toda a gama de tarefas e de missões da Aliança. Também tem um valor político, já que constitui uma demonstração de cooperação e de solidariedade destinada ao mundo exterior. A política OTAN tem por objectivo encorajar os países membros a estabelecer conceitos, doutrinas, procedimentos, critérios e planos normalizados, a aprová-los e a aplicá-los de modo a assegurar e a manter a eficácia militar da Aliança e a utilizar com uma maior eficácia os recursos militares disponíveis.

A cooperação no seio da Aliança é cada vez mais necessária para o apoio das forças multinacionais no âmbito de todas as missões. Exige uma flexibilidade acrescida perante os riscos mais gerais e menos previsíveis. Dada a importância actualmente acordada à cooperação no domínio das operações de apoio à paz, devem ser concluídos esforços em matéria de normalização. No caso de formações multinacionais, a cooperação entre todas as forças e unidades é essencial. O grau de normalização deve portanto ser elevado.

Considerando as mudanças fundamentais que conhece a OTAN – como a execução de missões novas e mais delicadas, a *Parceria Para a Paz* (PPP) e o alargamento – importa apoiar-se em parâmetros de normalização claramente definidos para poder colaborar, sob a direcção da OTAN, em operações, formações e exercícios que não dependem do Artigo 5 (apoio à paz, busca e salvamento, operações humanitárias, gestão de crises). A definição de objectivos de interoperabilidade para os países da PPP e a sua aplicabilidade tomarão uma importância sempre crescente, assim como a participação e a integração dos Parceiros no processo de normalização.

A normalização OTAN é o processo de elaboração e de aplicação de conceitos, doutrinas, procedimentos e concepções que visam atingir e conservar a compatibilidade, a intermutabilidade ou a comunidade necessárias para atingir o nível de interoperabilidade necessário ou para utilizar os recursos nos domínios das operações, dos materiais e da administração. Os níveis de normalização são, por ordem crescente, a compatibilidade, a interoperabilidade, a intermutabilidade e a comunidade.

O objectivo da Normalização OTAN é de destacar a eficácia operacional da Aliança realizando a interoperabilidade entre as forças da Aliança assim como entre estas e as forças dos Parceiros e dos outros países, fazendo um uso mais eficaz dos recursos disponíveis. A aptidão da indústria em responder às necessidades militares está integralmente ligada ao sistema económico dos países membros; assim, a Normalização OTAN depende essencialmente da vontade política dos países membros da Aliança em empenhar-se nos esforços necessários.

Comités responsáveis, agências e órgãos associados:

- A Organização OTAN de Normalização (*NATO Standardization Organization - NSO*)
- O Comité OTAN de Normalização (*NATO Comity Standardization - NCS*)

- O Grupo Executivo OTAN para a Normalização (*NATO Standardisation Staff Group* - NSSG)
- A Agência OTAN de Normalização (*NATO Standardization Agency* - AON)

V. 1. A Organização OTAN de Normalização (NSO)

A *Organização OTAN de Normalização* é responsável pela elaboração das políticas de normalização. A NSO tem por objectivo fazer da normalização uma parte integrante das actividades de planificação da Aliança e tem um papel de coordenação entre os organismos OTAN de alto nível que examinam as necessidades nesta área.

O seu papel consiste em reforçar a interoperabilidade com vista a contribuir para a capacidade das forças da Aliança em treinar, exercer-se e operar eficazmente, em conjunto, e com as forças dos países parceiros e as dos países que não pertencem à OTAN, para executar as tarefas que lhes foram confiadas. Para este efeito, harmoniza e coordena o trabalho de normalização à escala da Aliança e apoia as actividades nesta área. Também actua em nome do *Comité Militar* para a definição, coordenação e análise das questões de normalização operacional.

De acordo com a política da Aliança, as autoridades nacionais e da OTAN estabelecem, aprovam e aplicam conceitos, doutrinas, procedimentos e planos com o objectivo de realizar e de preservar a interoperabilidade. É necessário definir os níveis de compatibilidade ou de identidade necessários no que diz respeito às operações, aos procedimentos, ao material, às técnicas e às tarefas de administração.

V. 2. O Comité OTAN de Normalização (NCS)

O *Comité OTAN de Normalização* é a alta autoridade da Aliança para todas as questões de normalização. Exerce a autoridade e a responsabilidade de gestão para a coordenação da normalização em matéria de orientações e de tomada de decisões.

Por delegação, os representantes do NCS (NCSREP), sob a direcção e supervisão gerais do *Comité*, asseguram uma função de harmonização e de orientação. Os NCSREP têm como principal tarefa harmonizar os trabalhos de normalização entre a OTAN e as instâncias nacionais.

O *Comité OTAN de Normalização* é presidido pelo Secretário-geral, representado normalmente por dois copresidentes permanentes, o Secretário Geral Adjunto para o investimento para a Defesa e o Director do Estado-Maior Militar Internacional. Desde

Setembro de 2000 que os países parceiros participam activamente nos trabalhos do NCS.

V. 3. O Grupo Executivo OTAN para a Normalização (NNSG)

O *Grupo executivo OTAN para a Normalização* depende do *Comité OTAN de Normalização*. A sua principal tarefa consiste em harmonizar as políticas e procedimentos de normalização e coordenar as actividades nesta área com as instâncias da OTAN. É responsável pela ligação entre os vários serviços e a produção de documentos conexos e contribui, nomeadamente, para a elaboração das necessidades militares de normalização pelos Comandos estratégicos e a redacção dos objectivos de normalização do Programa de Normalização OTAN.

É composto pelos representantes dos Comandos estratégicos e dos serviços do Estado-Maior Militar Internacional e do Secretariado Internacional que dão o seu apoio às autoridades responsáveis pela normalização, isto é, aos órgãos OTAN de alto nível cujos grupos subordinados estabelecem Acordos de Normalização (STANAG – *Standardization Agreement*) e Publicações Aliadas (AP – *Allied Publication*). Estes órgãos são o *Comité Militar*, a *Conferência dos Directores Nacionais do Armamento*, a *Conferência dos Altos Responsáveis pela Logística OTAN* e o *Gabinete dos C3* (Consulta, Comando e Controlo) da OTAN.

V. 4. A Agência OTAN de Normalização (AON)

A *Agência OTAN de Normalização* é um órgão integrado e único criado pelo Conselho do Atlântico Norte constituído por pessoal civil e militar. É responsável perante o *Comité OTAN de Normalização* pela coordenação das questões entre todos os domínios da normalização. A AON dá o seu apoio aos *Gabinetes de normalização Conjunto, Mar, Terra e Ar* que agem em qualidade de autoridades responsáveis pela normalização operacional, incluindo a doutrina. Os *gabinetes de normalização* são responsáveis pela normalização das operações e dos procedimentos entre os países membros. Como as outras autoridades responsáveis, preenchem esta função elaborando STANAG e AP nas suas áreas de competência, em colaboração com os países membros e os comandos militares da OTAN.

A redacção e a actualização dos STANAG e das AP são da responsabilidade da *Agência OTAN de Normalização* apoiada pelos organismos responsáveis: o *Comité Militar*, a *Conferência dos Directores Nacionais do Armamento*, o *Comité OTAN de defesa aérea*,

o *Gabinete dos C3 da OTAN*, o *Comité OTAN dos gasodutos*, o *Alto Comité para o estudo dos planos de emergência no domínio civil*, a *Conferência dos Altos Responsáveis pela Logística OTAN*, entre outros, consoante as necessidades.

A AON também apoia o *Gabinete de Coordenação da Terminologia OTAN* (ONTC). Sob a autoridade do *Comité OTAN de Normalização*, o Gabinete gere o *Programa OTAN de Terminologia* e supervisiona a política OTAN de normalização da terminologia que define os princípios gerais e o processo de normalização da terminologia para a OTAN.

O *Gabinete de Coordenação da Terminologia OTAN* é responsável pela execução do *Programa de Terminologia OTAN* (NTP). Coordena as propostas de terminologia entre os altos comités da OTAN e assegura-se de que a terminologia desenvolvida esteja de acordo com as normas de qualidade do NTP. Enfim, o ONTC dá apoio a vários grupos cujas actividades estejam ligadas à terminologia.

O Director da AON é responsável pelo trabalho quotidiano de seis ramos da agência (*Política e necessidades; Conjunto; Mar; Terra; Ar; Administração e apoio*). Os ramos dão o apoio administrativo ao seu gabinete, grupo de trabalho e equipa respectivos e são responsáveis pelo seguimento e pela harmonização das actividades de normalização no seu domínio. A AON dá o seu apoio aos *Gabinetes conjuntos* e aos *Gabinetes dos Ramos*, autoridades responsáveis pela normalização operacional, incluindo a doutrina.

O *Gabinete Conjunto* tem a responsabilidade das questões gerais relacionadas com a normalização operacional a nível global e conjunto, isto é, relativo a dois ou mais ramos. Gere os grupos de trabalho sobre a doutrina aliada das operações conjuntas, as necessidades de troca de informações e a harmonização dos formatos de textos de mensagem, a informação conjunta e a protecção do ambiente.

O *Gabinete Mar* administra os grupos de trabalho sobre as operações marítimas, as operações anfíbias, o uso de helicópteros a partir de estruturas que não porta-aviões, a guerra de minas, a intermutabilidade das munições navais, a logística marítima, o controlo naval da navegação comercial, os perigos de radiação rádio e radar, o abastecimento em mar, a evacuação e o salvamento dos submarinos, o mergulho e a luta anti-minas em fundos muito pequenos.

O *Gabinete Terra* administra os grupos de trabalho sobre as operações terrestres, a artilharia, a engenharia de combate, a neutralização dos explosivos e munições, a normalização médica, as operações heliportadas, a intermutabilidade das munições, a doutrina logística, a manutenção e a distribuição de material, os movimentos e transportes, a segurança dos campos de tiro, as operações de defesa NBQ (Nuclear, Biológica e Química) e as operações médicas NBQ.

O *Gabinete Ar* administra os grupos de trabalho sobre as operações aéreas e todos os aspectos da doutrina operacional, o transporte aéreo, o armamento aéreo, a integração aeronave-tripulação, os serviços sanitários aéreos, o reconhecimento aéreo, a manutenção corrente e o equipamento *standard* das aeronaves, os serviços dos aeródromos, a aviónica, a segurança dos voos, a geografia conjunta, a busca e salvamento, a luta contra o fogo e o salvamento em caso de acidente de aeronave e os circuitos eléctricos e electromagnéticos das aeronaves.

VI. PROPOSTA PARA A CONCEPÇÃO DE UMA BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA PARA O MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

VI. 1. Motivação para a criação de uma Base de Dados Terminológica

O Trabalho de Projecto consiste na concepção de uma Base de Dados Terminológica para o Ministério da Defesa Nacional cujo objectivo é concentrar nos sites internet e/ou intranet do Ministério da Defesa toda a terminologia de Defesa existente. A base de dados permitiria também um maior uso da terminologia de Defesa na língua portuguesa - já que a terminologia é quase exclusivamente regida pela Normalização OTAN, isto é, quase só existe nas línguas inglesa e francesa -, pelos militares portugueses, funcionários do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, alunos das academias e escolas militares, funcionários dos vários organismos nacionais e internacionais de Defesa, funcionários das Embaixadas portuguesas, tradutores e intérpretes e jornalistas que utilizam no seu dia-a-dia termos relativos ao domínio da Defesa.

VI. 2. Recolha dos textos relacionados com a área da Defesa

A recolha dos textos relacionados com a área da Defesa poderá ser realizada em várias bibliotecas ou centros de documentação.

No Ministério da Defesa, o *Centro de Documentação e Informação* (CDI) é o serviço responsável pelo tratamento técnico dos elementos bibliográficos através da sua divulgação aos vários serviços do MDN e pela aquisição e divulgação das obras de interesse para a Defesa Nacional e para o Ministério.

O projecto "*Biblioteca em Rede*" faz parte dos 14 projectos seleccionados pelo Simplex'08 para o ano de 2008. Caso seja aprovado, este projecto será um apoio significativo para a criação de uma base de dados terminológica para o MDN. O objectivo do projecto "*Biblioteca em Rede*" é de criar uma plataforma informática comum que permita o acesso, via internet, à informação tratada e difundida pelo CDI.

Estas são algumas das revistas de especialidade que se poderão encontrar no CDI:

- *O Cidadão*
- *Comunicações*
- *Critique Internationale*
- *Defensa*
- *Ejército*
- *A Defesa Nacional*
- *Competir*
- *Conflict Studies*
- *Cultura*
- *Economia Global e Gestão*

A Biblioteca do IDN, constituída em 1969, é uma biblioteca de referência nas áreas de Segurança, Defesa, Estratégia e Relações Internacionais, prestando apoio às actividades de formação e investigação do Instituto, aos auditores do *Curso de Defesa Nacional*, a investigadores e população estudantil.

Com cerca de 10.864 monografias e 170 títulos de periódicos, dos quais 107 correspondem a colecções presentemente actualizadas, o fundo documental inclui também documentação produzida por organizações internacionais nomeadamente da OTAN, UEO, ONU, OSCE, e ainda um conjunto de Anuários de organizações internacionais e obras de referência.

O fundo documental abrange como áreas principais a defesa, a segurança, as relações internacionais, a estratégia, a geopolítica, a política externa, a ciência política, e como áreas afins a história, a sociologia e a economia.

Toda a pesquisa de terminologia da área da Defesa também pode ser realizada nas bibliotecas do Exército, da Força Aérea, da Marinha, do *Instituto de Estudos Superiores Militares*, nas Academia Militar, da Força Aérea ou Naval, e em todas as bibliotecas das várias unidades e órgãos dos três Ramos.

O *Gabinete de Comunicação e Relações Públicas* (GCRP) do MDN assegura a recolha, produção e disponibilização de conteúdos informativos com interesse para a Defesa Nacional. O GCRP lança todos os dias úteis o seu *Resumo de Imprensa*. Este inclui todos os artigos que saíram nos vários jornais portugueses na véspera de serem lançados no site e que estejam, directa ou indirectamente, relacionados com a Defesa. Antes de serem lançados no site, são sujeitos a aprovação pelo Gabinete do Ministro. O *Resumo de Imprensa* é também ele uma fonte de recolha de terminologia militar.

A *Biblioteca da OTAN* está situada em Bruxelas, no Quartel-Geral da OTAN. Possui uma colecção de mais de 20.000 livros e recebe cerca de 212 revistas das seguintes áreas: relações internacionais, segurança e defesa, questões militares, organizações internacionais e actualidade. Os livros são catalogados e indexados, assim como mais de 22.000 artigos de revistas que podem ser procurados graças a um catálogo online.

Todas as obras incluídas no *Catálogo* da Biblioteca estão disponíveis através de empréstimo interbibliotecas (*Prêt Inter-Bibliothèques* - PIB). O PIB é um serviço fornecido gratuitamente. As obras são emprestadas durante um mês. Podem ser fornecidas fotocópias de artigos de revistas (limite de número de páginas, não-disponibilidade em outras bibliotecas, etc.).

As *listas de aquisições* são publicadas todos os meses. Apresentam os novos títulos adquiridos pela Biblioteca assim como artigos de revistas de interesse para a OTAN. Os livros e os artigos são indexados e na maioria das vezes, são fornecidos resumos. As opiniões expressas nos documentos citados não representam necessariamente a opinião ou a política oficial dos governos dos países membros ou da OTAN.

As *bibliografias temáticas* são publicadas 10 vezes por ano. Cada número trata de um assunto em particular e apresenta os livros e os artigos de revistas pertinentes. Encontram-se online as listas de 2007, 2008 e 2009.

Os *Documentos de informação*: este serviço é actualizado regularmente e fornece uma informação de base relativa aos acontecimentos políticos e militares do momento no

mundo (*Accession of Albania and Croatia to NATO* - 02/04/2009; *France and NATO/La France et l'OTAN* - 12/03/2009).

A biblioteca recebe mais de 200 revistas, em versão papel, entre elas:

- *Air International*
- *American Interest (The)*
- *Analyst (The).Central and Eastern European Political and Economic Review*
- *Armada International*
- *Armed Forces*
- *Arms Control Today*
- *Arms Control. Contemporary Security Policy*

A biblioteca da OTAN também recebe vários produtos electrónicos. Embora o acesso seja restrito à sede da OTAN, é possível através do seu site explorar o conteúdo de milhares de revistas em texto integral, de artigos seleccionados e de outros recursos. Nomeadamente a revista *Jane's Information Group*, especializada em Defesa e Segurança.

O serviço online *e-bookshop da OTAN* permite aceder gratuitamente às publicações em papel e suporte informático da OTAN, assim como aos produtos multimédia (DVD, vídeos). Também encontramos o catálogo online de todos os produtos da OTAN e é possível inscrever-se na lista de difusão electrónica e assim receber, à escolha:

- A *Revista da OTAN*, publicada sob a autoridade do Secretário-Geral, tem por objectivo contribuir a uma discussão construtiva dos temas atlânticos;
- O boletim *Infos OTAN-Russie* fornece uma vasta gama de actividades de cooperação levada a cabo pela OTAN e a Rússia;
- *NATO DATA*: as últimas notícias da Sede da OTAN assim como das agências e comandos da OTAN.

Os *Documentos oficiais* são publicações e documentos OTAN disponíveis no site da OTAN. São 662 documentos fundamentais da Aliança, desde o Tratado e seus protocolos até documentos da PPP (*Parceria para a Paz*), e textos integrais dos comunicados de reuniões ministeriais da OTAN desde 1949.

A *Mediateca da OTAN* tem uma vasta escolha de fotografias, gravações áudio de conferências de imprensa e de discursos dados na sede da OTAN e no estrangeiro e de filmes, nomeadamente curtas sequências que apresentam a Aliança ou aspectos

específicos da sua política. Estes vídeos estão disponíveis online e/ou podem ser obtidos junto da Mediateca. Sequências relativas a reuniões ou exercícios da OTAN estão também disponíveis nos arquivos vídeo. As fotografias são tiradas durante cimeiras e reuniões a nível ministerial em Bruxelas ou no estrangeiro, visitas de altas entidades a Bruxelas ou ao estrangeiro, exercícios militares e acontecimentos históricos.

A *OTAN Hebdo* apresenta as últimas notícias sobre as actividades e os acontecimentos organizados pela OTAN. Concebida pelo público em geral, esta publicação online apresenta as actividades conduzidas na Aliança.

Muitos são os militares que não têm conhecimento de tal ou tal STANAG porque são essencialmente utilizados pelos delegados portugueses dos grupos de trabalho que os estudam. Como antiga militar, muitos são aqueles que vi «arrumados» nas gavetas. A ideia seria assim de colocar na intranet do Ministério somente os números dos STANAG e dos AP, o seu título e a sua definição/explicação, isto é, qual o seu assunto.

Os procedimentos e os sistemas, assim como os materiais e os seus elementos dão lugar a Acordos de Normalização OTAN, chamados STANAG (*Standardization Agreement*). Estes acordos são estabelecidos e promulgados pela Agência OTAN de Normalização. Os seguintes STANAG não são classificados e podem ser encontrados online no site da OTAN; estão portanto disponíveis ao público em geral (os que não disponíveis ao público geral não são forçosamente confidenciais, mas também não podem ser divulgados):

STANAG 2138	Troop trial Principles and Procedures - Combat Clothing and Personal Equipment / Principes et procédures d'essais en campagne - Vêtements de combat et équipement individuel
STANAG 2345	Evaluation and control of personnel exposure to radio frequency fields - 3kHz to 300 GHz / Evaluation et contrôle de l'exposition du personnel aux rayonnements des fréquences radio allant de 3kHz 300 GHz
STANAG 4107	Mutual Acceptance of Government Quality Assurance and Usage of the Allied Quality Assurance Publications
STANAG 4174	Allied Reliability and Maintainability Publications

STANAG 4184	Microwave Landing System (MLS)
STANAG 4545	NATO Secondary Imagery Format / Format d'imagerie secondaire OTAN (NSIF)
STANAG 4559	NATO Standard Image Library Interface
STANAG 4565	Airborne Multi-Mode Receiver for Precision Approach and Landing
STANAG 7024	NATO Primary Image Format (NPIF)
STANAG 7141	Joint NATO Doctrine for environmental protection during NATO led military activities
AECTP 100	Environmental Guidelines for Defence Materiel
AECTP 250	Electrical and electromagnetic environmental conditions
AECTP 300	Climatic Environmental Tests
AECTP 400	Mechanical Environmental Tests

Há que analisar e comparar a bibliografia estrangeira existente sobre terminologia militar e ainda alguns estudos terminológicos provenientes de organismos nacionais e internacionais. De incluir, na Base de Dados Terminológica, os termos equivalentes em inglês sempre que possível, já que é essencialmente com esses que as Forças Armadas Portuguesas trabalham no seu dia-a-dia.

VI. 3. Recolha dos termos militares

O Ministério da Defesa Nacional realizou, há já uns anos, um glossário de siglas e acrónimos em português e em inglês da área da Defesa. Este glossário não foi transferido para a nova página web do MDN e portanto não foi continuado por falta de recursos humanos. Este glossário também poderá ser um ponto de partida para a *Base de Dados Terminológica para o Ministério da Defesa Nacional*.

O *Gabinete de Comunicação e Relações Públicas* (GCRP) do MDN é o serviço responsável pelas relações públicas, protocolo, tratamento e difusão de informações relativas à Defesa Nacional e às Forças Armadas. É o GCRP que assegura a gestão da comunicação e da imagem institucional do Ministério.

Para além de analisar e tratar o corpus e solicitar a participação dos Ramos por forma a que os seus contributos venham a enriquecer o trabalho de terminologia, convém ilustrar os termos inseridos na Base de Dados Terminológica. Para tal, será solicitado o apoio do GCRP para fornecer fotografias e vídeos que ilustrarão, sempre que possível, os termos inseridos na Base de Dados.

A base de dados terminológica, para além dos termos, divididos em domínios e subdomínios, incluirá as fontes de informação de onde estes foram extraídos: biblioteca, *website*, nome da unidade/direcção-geral/direcção de serviços/divisão/gabinete onde o documento se encontra, nome da revista, título/número do documento, etc. Quando aplicável, número do STANAG cujo assunto diz respeito a um determinado termo.

Não existe nenhum grupo estabelecido para a constituição de terminologia militar no Ministério da Defesa Nacional. O documento *PRONOR – Procedimentos de Normalização de Defesa Nacional* foi criado em 1997 por um grupo de trabalho constituído para o efeito. Apesar do título indicar que se trata de Normalização militar, na verdade, o documento trata única e exclusivamente de Normalização OTAN e de como esta é utilizada e posta em prática pelas Forças Armadas portuguesas. Esse documento será actualizado a partir do corrente ano pela *Área de Normalização da Direcção-Geral de Armamento e Infra-estruturas de Defesa* do Ministério. Nesse documento, não existe nenhum registo de terminologia militar, nem na língua portuguesa, nem na língua inglesa.

VI. 4. O Comité de Terminologia Militar do Exército francês

Em França, a necessidade de coerência terminológica no próprio seio das forças armadas suscitou, em 1999, a criação de um *Comité de Terminologia Militar do Exército* (*Comité de Terminologie Militaire de l'Armée de Terre* - CTMAT) no seio do comando da doutrina e do ensino militar superior (*Commandement de la Doctrine et de l'Enseignement militaire Supérieur* - CDES). Inicialmente destinado à actualização de um manual de emprego de termos e de expressões do vocabulário militar do exército, o comité afirmou progressivamente a sua participação em organismos de terminologia militar tanto nacionais como internacionais. Um comité conjunto de terminologia militar assegura esta mesma coerência ao nível conjunto, com uma dimensão internacional, nomeadamente com a OTAN. Em 1959, a França toma a decisão de criar um *Comité Conjunto de Terminologia Militar da Aliança Atlântica* (*Comité*

Interarmées de Terminologie militaire de l'Alliance atlantique - CITA) afim de assegurar, em ligação com os seus aliados de língua francesa, a realização e a harmonização das definições e das traduções propostas pelo *Gabinete Militar de Normalização (Bureau Militaire de Standardisation - BMS)*.

No seio destes dois comités nacionais, os procedimentos de harmonização, entre as armas a nível do CTMAT, e entre os Ramos a nível do CITA, são similares, assegurando assim uma grande coerência entre a terminologia terrestre e a dos outros Ramos. Um documento de referência nacional na área da terminologia, o *Manual dos Termos e Siglas convencionais Militares*, é publicado todos os anos. Uma segunda parte deste mesmo manual trata mais especificamente da simbologia táctica militar. Esta publicação, inteiramente bilingue (línguas francesa e inglesa), tem em conta as últimas evoluções doutrinais próprias a favorecer a interoperabilidade entre as armas e a cooperação entre a França e os seus parceiros da Aliança nas áreas da elaboração das doutrinas e na execução e na condução de operações (operações de apoio à paz como operações de respostas às crises), os exercícios e os treinos conjuntos, os sistemas de informação e de comunicações, etc.

A escolha das entradas é feita em função da sua importância e da sua frequência de emprego. O fundo terminológico conjunto, e mais especialmente o que trata das áreas doutrinais, tácticas e logísticas, é adaptado todos os anos às evoluções.

Órgão de proposta, de coordenação entre armas e de concertação, o CTMAT assegura-se da coerência entre as diferentes posições expressas por cada arma, da realização de uma síntese visando evitar as confusões de linguagem e da produção de uma terminologia conjunta, uma linguagem comum a todos os Ramos.

A partir das mesmas necessidades, mas expressas a nível conjunto, o *Comité Conjunto de Terminologia Militar* produziu um glossário conjunto de terminologia operacional. Este glossário resulta dos estudos conduzidos no domínio das operações conjuntas e multinacionais, com a participação dos vários actores implicados nas acções recentes e tem em consideração as evoluções mais recentes, nomeadamente dos trabalhos em curso no seio das várias organizações internacionais (OTAN, UE, ONU, OSCE, grupos de trabalho bi- ou multinacionais, grupos conjuntos de reflexão nacionais).

Em coordenação com os trabalhos dos organismos de terminologia nacionais e internacionais, o glossário responde à necessidade de dispor de um vocabulário militar

operacional normalizado, adaptado às novas realidades nacionais e internacionais. Ferramenta de interoperabilidade com os seus aliados e parceiros e destinado a facilitar a compreensão dos conceitos franceses apresentados aquando de reuniões internacionais, o conjunto dos termos e das definições está à imagem do glossário das forças terrestres, proposto na língua inglesa.

O Exército assegura há já quatro anos, por delegação do Chefe de Estado-Maior Conjunto, a condução dos estudos e trabalhos do CITA (*Comité Interarmées de Terminologie militaire de l'Alliance atlantique*). Órgão de proposta, de coordenação e de concertação, o CITA assegura-se da coerência entre as várias posições expressas por cada ramo e realiza uma síntese que visa evitar as confusões ou impropriedades de linguagem e a produzir uma terminologia conjunta. Nos organismos internacionais de terminologia, o comité conjunto assegura, através da *Comissão Geral da Língua Francesa e das Línguas de França*, vários contactos e trocas com os serviços de terminologia da Confederação helvética, da Academia Real de Bélgica e dos serviços de terminologia da província do Quebec. Mas é essencialmente com os serviços de terminologia da Agência de Normalização da Aliança que os dois comités de terminologia conjunta e terrestre asseguram uma parte importante das necessidades de coordenação e de harmonização da terminologia militar e de defesa entre a França, a OTAN e os seus vários países membros. De facto, desde o reconhecimento, em 1949, do inglês e do francês como as duas línguas oficiais da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a necessidade de as aproximar e de harmonizar os termos militares que veiculam impôs-se como uma evidência. Desde então, os vários trabalhos de normalização e de terminologia consagrados a este objectivo devem permitir aos francófonos e aos anglófonos uma compreensão mútua e a elaboração para uso dos estados-membros da OTAN de textos de referência bilingues.

A implementação e a modernização da ferramenta “terminologia” não é somente uma preocupação para a França, tem uma incidência em todas as operações em que é susceptível de trabalhar com outras nações. A terminologia permite de facto que vários trabalhos conduzem a acordos de normalização relativos a equipamentos, doutrina, táctica, instrução, a troca de informação e a troca dos ensinamentos, em matéria de instrução e de operações.

O Ministério da Defesa Nacional não tem o seu próprio gabinete de tradução. E quando tem tradutores, não tem conhecimento disso. Como tal, e já que a maioria do trabalho de

terminologia de um organismo é realizado pelos tradutores, penso que seria interessante o Ministério criar o seu próprio Gabinete de Tradução e de Terminologia. Uma pequena equipa que participaria regularmente a reuniões e grupos de trabalho para fazer o levantamento de nova terminologia militar. Mesmo se a terminologia militar em Portugal existe essencialmente com base na terminologia americana, e mesmo se os militares utilizam muito mais no seu dia-a-dia profissional a terminologia na língua inglesa, acho importante criar um pequeno comité de terminologia com tradutores e terminólogos baseando-se, por exemplo, no Comité de Terminologia Militar do Exército francês.

CONCLUSÃO

É evidente que não seria possível com este trabalho dar a conhecer a lista exaustiva de Direcções ou de Divisões de toda a estrutura da Defesa Nacional, mas já podemos ter uma pequena ideia da estrutura das Forças Armadas Portuguesas e do Ministério da Defesa e a partir daí, perceber assim onde se encontra a informação que servirá de base à base de dados terminológica de Defesa.

Não se pode fazer a ligação entre a normalização OTAN e a normalização nacional militar propriamente dita porque esta não existe. As Forças Armadas Portuguesas regem-se inteiramente pela Normalização OTAN. Até mesmo organizações como a Finabel, por exemplo, só admitem países membros da OTAN para não haver uma duplicidade de estudos realizados com os da OTAN.

As Forças Armadas elaboram e aplicam tanta doutrina, tantos procedimentos, tantos critérios e tantos conceitos quanto a OTAN, mas a outro nível e não na forma organizada da OTAN, isto é, com comités ou grupos de trabalho.

Saber que informação é que existe e é produzida nas Forças Armadas e nas organizações internacionais de Defesa, saber qual pode ser utilizada, isto é, não é classificada, e onde esta se encontra é o ponto de partida para fazer o levantamento de toda essa informação que servirá de base para a criação de uma Base de Dados Terminológica de Defesa.

E quem sabe um dia criar um Gabinete de Tradução e Terminologia do Ministério da Defesa Nacional...

BIBLIOGRAFIA

RONDEAU, Guy: «Introduction à la terminologie», Deuxième édition, Gaëtan Morin Editeur, 1983.

DEPECKER, Loïc: «Entre signe et concept, éléments de terminologie générale», Presses Sorbonne Nouvelle.

DEPECKER, Loïc: «Le signe entre signifié et concept», dans «Le sens en terminologie» sous la direction de Béjoint Henri et Thoiron Philippe, Presses universitaires de Lyon, 2000.

KOCOUREK, Rostislav: «La langue française de la technique et de la science, vers une linguistique de la langue savante», Deuxième édition, Oscar Brandstetter Verlag GMBH & CO.KG Wiesbaden.

SEPPÄLÄ, Selja: «La définition en terminologie : typologies et critères définitoires», dans Actes de la première conférence TOTh – Annecy – 1^{er} juin 2007, Institut Porphyre Savoir et Connaissance.

L'HOMME, Marie-Claude: «La terminologie: principes et techniques», Les Presses de l'Université de Montréal, 2004.

COSTA, Rute et SILVA, Raquel: «De la typologie à l'ontologie de textes», Terminologies et Ontologies : Théories et applications. Actes de la 2^e Conférence, Toth Annecy, 2008.

MARTINS, Susana: «O comportamento das siglas e dos acrónimos em textos de economia», Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2004.

PERCEBOIS, Jacqueline: «Fonctions et vie des sigles et acronymes en contextes de langues anglaise et française de Spécialité», Meta: journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal.

OTAN, «Manuel Logistique de l'OTAN», Avril de 2007.

OTAN, «AAP-3(I), Directives pour l'élaboration et la production des Accords de Normalisation OTAN (STANAG) et Publications Interalliées (AP)», Fevereiro de 2004.

OTAN, «Manuel de l'OTAN», Division Diplomatie Publique, OTAN, 2006.

Tenente-Coronel GARDERES, Ramuntcho: «La terminologie comme outil de l'interopérabilité».

INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE, «Manual de Normalização», 2009.

CONSULTA INTERNET

www.mdn.gov.pt

www.emgfa.pt

www.emfa.pt

www.marinha.pt

www.exercito.pt

www.servirportugal.com

www.forumdefesa.com

www.idn.gov.pt

www.nato.int

www.espace-finabel.eu

www.eurocorps.org

www.defense.gouv.fr

www.eurofor.it

www.wikipedia.org

www.wikilingue.com

www.abnt.org.br

www.btb.termiumpius.gc.ca

www.euforbih.org

www.consilium.europa.eu

www.isaf.nato.int

www.fuzileiros.marinha.pt

GLOSSÁRIO

Estas são algumas das siglas e abreviaturas que poderão ser utilizadas, depois de verificar se ainda estão ou não actuais, numa *Base de Dados Terminológica para o Ministério da Defesa Nacional*.

As seguintes siglas foram extraídas do Anuário Estatístico da Defesa Nacional de 2006:

A	Armamento e Equipamento
AApSvc	Área de Apoio de Serviços
A/S	Anti-submarina
A7-P	Aeronave de Combate
AAA	Artilharia Antiaérea
AAR	<i>Air-to-Air Refuelling</i>
ABU	Navio Balizador
ACar	Anti-carro
ACS	<i>Airspace Control System</i>
ACT	Activo
ADM	Assistência na Doença aos Militares
ADTA	Agrupamento de Defesa Territorial dos Açores
ADTM	Agrupamento de Defesa Territorial da Madeira
AETD	Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa
AEW	<i>Airborne Early Warning</i>
AFA	Academia da Força Aérea
AG	Navio Auxiliar
Agr	Agrupamento
AGS	Navio Hidrográfico
AGSC	Navio Hidrográfico Costeiro
AJEMA	Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
AL III	Helicóptero <i>Allouette III</i>
ALFA-JET	Aeronave de Apoio Aéreo Próximo
ALFAN	<i>Admiral Force Action Naval</i>
ALFLOT	Comando Operacional da Marinha de Espanha
AM	Academia Militar
AMN	Autoridade Marítima Nacional
AMF(L)	<i>Ace Mobile Force Land</i>
AMSJ	Área Militar de São Jacinto
AOR	Navio Tanque Reabastecedor
AP	Auto-propulsionado
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento

ARRC	Corpo de Reacção Rápida Aliado
ASAFA	Análise ao Sistema de Alimentação das Forças Armadas
ASUW	<i>Antisurface Warfare</i>
ASW	<i>Anti-Submarine Warfare</i>
At	Atirador
AXS	Navio de Vela
BA	Base Aérea
BAAA	Bateria de Artilharia Antiaérea
BAF	<i>Belgium Air Force</i> (Força Aérea Belga)
BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BApSvc	Batalhão de Apoio de Serviços
Bat	Batalhão
BCS	Batalhão de Comando e Serviços
BDT	Brigada de Defesa Territorial
BDTC	Brigada de Defesa Territorial do Centro
BDTN	Brigada de Defesa Territorial do Norte
BI	Batalhão de Infantaria
BIAT	Batalhão de Infantaria Aerotransportado
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BIMoto	Batalhão de Infantaria Motorizado
BIPara	Batalhão de Infantaria Pára-quedista
BISM	Batalhão de Informações e Segurança Militar
BLD	Batalhão Ligeiro de Desembarque do Corpo de Fuzileiros
BLI	Brigada Ligeira de Intervenção
BMI	Brigada Mecanizada Independente
BOE	Batalhão de Operações Especiais
Bra	Brasil
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BrigRR	Brigada de Reacção Rápida
BRILAT	Brigada Ligeira de Atiradores
BSS	Batalhão do Serviço de Saúde
BT	Beneficiário Titular (do IASFA)
Btr	Bateria (unidade de Artilharia)
C-130	Aeronave de Transporte
C-212	Aviocar (Aeronave de Transporte)
C-212EW	Aeronave de Guerra Electrónica
C6F	<i>Command 6th Fleet</i>
CAA	Comando Aéreo dos Açores

CACar	Companhia Anti-carro
CAOC 10	<i>Combined Air Operations Center 10</i>
CAS	Centro de Apoio Social (do IASFA)
CAt	Companhia de Atiradores
CATT	Companhia de Apoio a Transportes Táticos
Cav	Cavalaria
CAX	<i>Computer Added Exercise</i>
CCS	Companhia de Comando e Serviços
CC-AIR	<i>Izmir Component Commander-Air</i>
CDAM	Comando do Destacamento Aéreo da Madeira
CDT	<i>Combat Diving Team</i> (Equipa de Mergulhadores de Combate)
CE	Comunicações e Electrónica
CECLANT	<i>Commandant en Chef pour l'Atlantique</i>
CEE	Comparticipação Escolar Especial
CEE-R	Comparticipação Escolar para Reeducação
CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
CEM	Chefe do Estado-Maior
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMET	Chefe do Estado-Maior do Exército de Espanha
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEN	Comparticipação Escolar Normalizada
CEng	Companhia de Engenharia
CEOE	Companhia de Elementos de Operações Especiais
CFMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CFP	Curso de Formação de Praças
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CFX	<i>Command Field Exercise</i>
CGE	Conta Geral do Estado
CGS	<i>CIMIC Group South</i>
CHOD	<i>Chief of Defense</i>
CI	Centro de Instrução
CID	Comando da Instrução e Doutrina
CIMIC	<i>Civil Military Cooperation</i>
CINCNAV	Comando Operacional da Marinha de Itália
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CJMOA	Comando Operacional da Força Aérea de Espanha
CJTF	<i>Combined Joint Task Force</i>

CLog	Comando da Logística
CM	Colégio Militar
Cmd	Comando
Cmdt	Comandante
CMSM	Campo Militar de Santa Margarida
CMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CN	Comando Naval / Cartografia Náutica
CNAD	<i>Conference of National Armament's Directors</i>
CNC	Centro Nacional de Catalogação
CNPCE	Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COFA	Comando Operacional da Força Aérea
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres
COJS SPAIN	<i>Chief of Joint Staff SP</i>
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAIRCEINT	Comando Aéreo Aliado das Forças do Centro da Europa
COMAIRNORTH	<i>Commander Allied Air Forces North Europe</i>
COMAMF(L)	<i>Commander ACE Mobile Force (Land)</i>
COMAO	<i>Combined Air Operations</i>
COMBINEX	<i>Combined Exercise</i>
COMCOI ITALY	Comando Conjunto Operacional Interforças
COM GENAVSPECFOR	<i>Commander German Navy Special Forces</i>
COM JFC BRUNSSUM	<i>Commander Allied Joint Force Command Brunssum</i>
COMLANDSOUTH	Comando Terrestre Aliado das Forças do Sul da Europa
COM MCC NORTHWOOD	<i>Commander of Maritime Component Commander Northwood</i>
COMNAV	Comando Naval
COMNAVSOUTH	Comando Naval Aliado das Forças do Sul da Europa
CompMortPes	Companhia de Morteiros Pesados
COMSUBMED	<i>Command Submarine Mediterranean</i>
COMTURDESDIV	<i>Commander Turkish Destroyer Division</i>
COMTURFLEET	<i>Commander of Turkish Fleet</i>
CORG	Código de Organização
COSPAS/SARSAT	Sistema via Satélite de Busca e Salvamento de Toulouse
CPCAT	Curso de Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista
CPHM	Comissão Portuguesa de História Militar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPX	<i>Command Post Exercise</i> (Exercício de Postos de Comando)

CRC	Centro de Reporte e Controlo
CRO	<i>Crises Response Operations</i> (Operações de Resposta a Crises)
CSAR	<i>Combat Search and Rescue</i>
CSI	Comunicações e Sistemas de Informação
CSTID	Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa
CTAT	Comando das Tropas Aerotransportadas
CTF	<i>Commander Task Force</i>
CTm	Companhia de Transmissões
CTM	Cooperação Técnico-Militar
CTOE	Centro de Tropas Operações Especiais
CTP	Centro de Telecomunicações Permanentes
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
CZAA	Comando da Zona Aérea dos Açores
CZAM	Comando da Zona Aérea da Madeira
CZMAR	Comando de Zona Marítima
CZMARA	Comando da Zona Marítima dos Açores
CZMARM	Comando da Zona Marítima da Madeira
CZMA	Comando da Zona Militar dos Açores
CZMM	Comando da Zona Militar da Madeira
DA	Acção Directa
DAE	Destacamento de Acções Especiais (do Corpo de Fuzileiros)
DAM	Destacamento Aéreo da Madeira
DAMAG	Direcção de Análise e Métodos de Apoio à Gestão
DAPS	Destacamento Aéreo de Porto Santo
DCCR	Despesas com Compensação em Receitas
DDG	<i>Destroyer Guided Missiles Equipad</i>
DE	Direcção de Electrotecnia
Dest	Destacamento
DestPrec	Destacamento Precursor
DEU	Alemanha
DF	Direcção de Faróis
DGAM	Direcção-Geral de Autoridade Marítima
DGM	Direcção-Geral de Marinha
DGPDN	Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional
DGPRM	Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DIREC	Divisão de Recursos (do EMGFA)
DISTEX	<i>Disaster Relief Exercise</i>
DL	Decreto-Lei
DMA	Direcção de Manutenção Aeronáutica

DMP	<i>Data Management Processor</i>
DN	Direcção de Navios
DOE	Destacamento de Operações Especiais
DOP	Departamento de Operações
DPP	Departamento de Prospectiva e Planeamento
DS	Direcção de Serviços
DT	Direcção Técnica
EASC	Elemento de Apoio de Serviços em Combate
E3D	<i>Airbone Early Warning Control System (Aircraft AWACS)</i>
EC-212	Aviocar (Avião de Guerra Electrónica)
EEMMPP	Estados-Maiores Peninsulares
EFFA	Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
EM	Estado-Maior
EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EMP	Estados-Maiores Peninsulares
EN	Escola Naval
Eng	Engenharia
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo
EOSFN	Encargos Operacionais do Sistema de Forças Nacional
EPA	Escola Prática de Artilharia
EPAM	Escola Prática de Administração Militar
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPE	Escola Prática de Engenharia
EPI	Escola Prática de Infantaria
EPT	Escola Prática de Transmissões
Eq	Equipa
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
ERF	<i>European Response Force (EUROFOR)</i>
ESSE	Escola de Sargentos do Exército
ESP	Espanha
Esq	Esquadra/Esquadrão
EsqPE	Esquadrão de Polícia do Exército
EUCLID	<i>European Cooperation for the Long Term In Defence</i>
EUFOR	Força Europeia
EUROFOR	<i>European Forces</i>

EUROMARFOR	<i>European Maritime Forces</i> (Força Marítima Europeia)
EXE	Exército
EXSTUDY	<i>Study Exercise</i>
EW	<i>Electronic Warfare</i> (Guerra Electrónica)
F-16	Aeronave de Defesa Aérea
F-16 ^a	Aeronave F-16 Série A
F-16AM	Aeronave F-16 Série A Modificado (com <i>Middle Life Upgrade</i>)
FAC	<i>Forward Air Controller</i>
FAE	Força Aérea de Espanha
FA	Forças Armadas
FAMET	Forças Aero-Móveis do Exército de Terra
FAP	Força Aérea Portuguesa
FApG	Forças de Apoio Geral
FF	Fragata
FFAH	Fragata Equipada com Mísseis e Helicópteros
FFGH	Fragata Vasco da Gama e Embarque de Helicópteros
FNC	Força Nacional Conjunta
FND	Forças Nacionais Destacadas
FOC	<i>Full Operational Capability</i>
FOPE	Força Operacional Permanente do Exército
FOST	Comando da Flotilha de Treino da Marinha do Reino Unido
FRA	França
FRI	Força de Reacção Imediata
FS	Corveta
FTX	Exercício de Campo com Tropas
FU	<i>Follow up</i>
FZ	Fuzileiros
GAAA	Grupo de Artilharia Antiaérea
GABMDN	Gabinete do Ministro da Defesa Nacional
GABSEDN	Gabinete Secretário de Estado da Defesa Nacional
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GALE	Grupo de Aviação Ligeira do Exército
GBAD	<i>Group Based Air Defense</i>
GBR	Grã-Bretanha
GCC	Grupo de Carros de Combate
GE	Guerra Electrónica
GM	Geologia Marinha
GML	Governo Militar de Lisboa
GNR	Guarda Nacional Republicana

GNS	Gabinete Nacional de Segurança
GU	Grande Unidade
H/D	Homem/Dia
HALO HAHO	<i>High Altitude Low Opening/High Altitude High Opening</i>
HFA	Hospital da Força Aérea
HMAR	Hospital da Marinha
HMB	Hospital Militar de Belém
HMP	Hospital Militar Principal
HMR1	Hospital Militar Regional n.º 1 (Porto)
HMR2	Hospital Militar Regional n.º 2 (Coimbra)
HQ	<i>Headquarters</i> (Quartel-General)
HUMINT	<i>Human Intelligence</i>
IAMF	Inspecção de Administração de Meios Financeiros
IAMH	Inspecção de Administração de Meios Humanos
IAMM	Inspecção de Administração de Meios Materiais
IAO	Inspecção de Avaliação Operacional
IASFA	Instituto de Acção Social das Forças Armadas
IBERLANT	Área Ibero-Atlântica
IC-ENC	<i>International Center for Electronic Navigation Charts</i>
ICOL	Instrução Colectiva
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IE	Inspecção Extraordinária
IEPG	<i>Independent European Programme Group</i>
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IG	Inspecção-Geral
IGDN	Inspecção-Geral da Defesa Nacional
IGE	Inspecção-Geral do Exército
IGeoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
II	Inspecção Inopinada
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
Inf	Infantaria
Info	Informações
INICT	Instituto Nacional de Investigação Científica
INVITEX	<i>Invitation Exercise</i>
IO	Inspecção Ordinária
IOp	Inspecção Operacional
IP	Inspecção Parcelar

IPg	Inspecção Programada
IPS	Inspecção de Programas e Sistemas
ISAF	Força Internacional de Segurança e Assistência (Afeganistão)
IS/IMS	<i>International Staff/International Military Staff</i>
ISN	Instituto de Socorros a Náufragos
ISTAR	<i>Intelligence, Surveillance, Target, acquisition and Reconnaissance</i>
IT	Inspecção Técnica
ITA	Itália
JEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
JEMAD	<i>Jefe Estado Mayor de la Defensa</i>
JMOTS	<i>Joint Maritime Operational Training Staff</i>
JOINTEX	<i>Joint Exercise</i> (Exercício Conjunto)
KFOR	<i>Kosovo Force</i>
LAFTM	Laboratório de Análises Fármaco Toxicológicas da Marinha
LC	Liga dos Combatentes
LCC	<i>Land Component Command</i>
LCM	Lancha de Desembarque Média
LCU/LDG	Lancha de Desembarque Grande
LDM	Lancha de Fiscalização Costeira
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LFX	<i>Live Fire Exercise</i> (Exercício de Fogos Reais)
LIVEX	<i>Live Exercise</i> (Exercício de Campo com Tropas)
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LOGEX	<i>Logistical Exercise</i> (Exercício Logístico)
LPM	Lei de Programação Militar
MACON	Estado-Maior Espanhol
Mar	Marinha
MCM	<i>Mine Counter Measures</i>
MCMEEX	Exercício de Guerra de Minas
MD	Montante Despendido
MDN	Ministério da Defesa Nacional
Mec	Mecanizada
Mil	Militar
MLU	<i>Middle Life Upgrade</i>
MM	Manutenção Militar
MNC	<i>Major NATO Command</i>
MOD UK	Ministério da Defesa do Reino Unido
MPA	<i>Maritime Patrol Aircraft</i>

MPA CAN	Aeronave de Patrulha Marítima Canadiana
MP	<i>Coy Military Police Company</i>
MRCC	<i>Maritime Rescue Control Center</i> (Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo)
NAM NATO	<i>Air Meet</i>
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NBQ	Nuclear, Biológico e Químico
NEO	Operação de Evacuação de Não-Combatentes
NLD	Holanda
NNA	Número NATO de Abastecimento
NPL	Navio Polivalente Logístico
NRDC	Corpos de Exército da NATO
NRF	<i>NATO Response Force</i> (Força de Resposta OTAN)
Obj	Objectivo
OCAD	Órgãos Centrais de Administração e Direcção
OCE	<i>Officer Conducting the Exercise</i>
ODN	Orçamento da Defesa Nacional
OE	Orçamento do Estado
OGFE	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OIT	Órgãos de Implantação Territorial
OLE	Orquestra Ligeira do Exército
OMDN	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional
OMDN-E	Orçamento da Defesa Nacional - Exército
OMDN-M	Orçamento da Defesa Nacional - Marinha
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operações
OPEVAL	<i>Operational Evaluation</i>
OSC/MDN	Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional
OSE	<i>Officer Shedulling the Exercise</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte.
P3-P	Aeronave de Patrulhamento Marítimo
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAO	Pelotão de Aquisição de Objectivos
PAOC	Plano de Actividade Operacional Civil
Para	Pára-quedista
Pat/PB	Patrulha
PBF	Patrulha Rápido

PBR	Patrulha Ribeirinho
PC	Posto de Comando
PCM	Posto de Comando Móvel
PE	Polícia do Exército
PECO	Países da Europa Central e Oriental
Pel	Pelotão
PelAqObj	Pelotão de Aquisição de Objectivos
PelDefNBQ	Pelotão de Defesa Nuclear Biológico e Químico
PelMsLig	Pelotão de Mísseis Ligeiros
PelPontApFlu	Pelotão de Pontes de Apoio Flutuante
PHIBEX	<i>Amphibious Exercise</i> (Exercício Anfíbio)
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PJM	Polícia Judiciária Militar
PLRA	Patrulha de Longo Raio de Acção
PMG	Preparação Militar Geral
PO	Posto de Observação
Prec	Precursor
PREREDEX	Pré-exercício de Aprontamento
PRT	Portugal
PSO	<i>Peace Support Operations</i> (Operações de Apoio à Paz)
PSP	Polícia de Segurança Pública
QG	Quartel-General
QO	Quadro Orgânico
QP	Quadro Permanente
QPa	Quadro Permanente (activo)
QPC	Quadro de Pessoal Civil
RA	Regimento de Artilharia
RAA	Região Autónoma da Madeira
RAAA	Regimento de Artilharia Antiaérea
RAC	Regimento de Artilharia de Costa
RC	Regimento de Cavalaria/Regime de Contrato
RCC	<i>Rescue Coordination Center</i> (Centro Coordenador de Salvamento)
RE	Regimento de Engenharia
Reb	Rebocado
REF	Reforma
RES	Reserva
RG	Regimento de Guarnição

RI	Regimento de Infantaria
RL	Regimento de Lanceiros
RMN	Região Militar do Norte
RMPORTSMOUTH	Comando do Corpo de Fuzileiros do Reino Unido
RMS	Região Militar do Sul
RV	Regime de Voluntariado
SA-330	Helicóptero PUMA
SACEUR	Comando Supremo Aliado da Europa
SACLANT	Comando Supremo Aliado do Atlântico
SAM	Sistema de Autoridade Marítima
SAR	<i>Search And Rescue</i> (Serviço de Busca e Salvamento)
SEA	Subsídio Especial de Acamados (concedido pelo IASFA)
SEAP	Subsídio Especial de Apoio a 3ª Pessoa (concedido pelo IASFA)
Sec	Secção
Seg	Segurança
SEI	Subsídio Especial de Idosos (concedido pelo IASFA)
SEIR	Subsídio Especial de Irrecuperáveis ou Incapacitados (concedido pelo IASFA)
SEL	Subsídio Especial para Lares (concedido pelo IASFA)
SEM	Serviço Efectivo Normal
SFEx	Sistema de Forças do Exército
SFN	Sistema de Forças Nacional
SFOR	<i>Stabilisation Force</i> (Força de Estabilização) (Bósnia)
SG/MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SHAPE	<i>Supreme Headquarters Allied Powers Europe</i>
SIAF	<i>Spanish Italian Amphibious Force</i>
SICCE	Sistema de Informação de Comando e Controlo do Exército
SIFICAP	Sistema de Fiscalização e Controlo no Âmbito das Pescas
SIGEX	<i>Signals Exercise</i>
SI/TI	Sistemas e Tecnologias de Informação
SNB	Serviço Nacional de Bombeiros
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
SNFL	<i>Standing Naval Force Atlantic</i>
SNFM	<i>Standing Naval Force Mediterranean</i>
SNPC	Serviço Nacional de Protecção Civil
SOGA	Saltadores Operacionais de Grande Altitude
SOTG	<i>Special Operation Task Group</i>
SPCAT	Sistema Português de Catalogação
SRPCBA	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores

SRPCBM	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira
SSK	Submarino
STANAG	<i>Standard Agreement</i> (Acordo de Normalização)
STANAVFORLANT	Força Permanente do Atlântico
SUBEX	<i>Submarine Exercise</i>
SYNADEX	<i>Synthetic Air Defense Exercise</i>
TACP	<i>Tactical Air Control Party</i>
TACRES	<i>Tactical Resolve</i>
TASLO	<i>Tactical Air Support for Land Operations</i>
TASMO	<i>Tactical Air Support for Maritime Operations</i>
Téc.	Técnico
TG	<i>Task Group</i>
Tm	Transmissões
TO	Teatro de Operações
TOAFG	Teatro de Operações do Afeganistão
TODCI	Técnicos de Operações de Detecção e Conduta de Intercepção
TPF	Telefone com Fios
TPO	Tirocínio para Oficial
TSF	Telefone sem Fios
UAM	Unidade Auxiliar de Marinha
EU	União Europeia
UEO	Unidade, Estabelecimento, Órgão
UI	Unidade Imobiliária
UKR	Reino Unido
UN	Unidade Naval
UNENG	<i>United Nations Engineering</i>
UNIFIL	<i>United Nation International Force in Lebanon</i>
UNMISSET	<i>United Mission Support in East Timor</i>
UU/EE/OO	Unidades, Estabelecimentos, Órgãos
WEAG	<i>Western European Armaments Group</i>
ZAA	Zona Aérea dos Açores
ZAM	Zona Aérea da Madeira
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMARA	Zona Marítima dos Açores
ZMARM	Zona Marítima da Madeira
ZMC	Zona Marítima do Centro
ZMA	Zona Militar dos Açores
ZMM	Zona Militar da Madeira
ZMN	Zona Marítima do Norte

ZMS Zona Marítima do Sul

As seguintes siglas foram extraídas de Publicações Aliadas da OTAN:

AP	<i>Allied Publication</i>
C3	<i>Communication, Command, Control</i>
CC	<i>Contact Countries</i>
CEN	<i>European Committee for Standardization</i>
DI	<i>Defence Investment</i>
DIMS	<i>Director International Military Staff</i>
DNSA	<i>Director NATO Standardization Agency</i>
ICI	<i>Istanbul Cooperation Initiative</i>
MD	<i>Mediterranean Dialogue</i>
MSR	<i>Military Standardization Requirements</i>
NAC	<i>North Atlantic Council</i>
NADC	<i>NATO Air Defence Committee</i>
NATMC	<i>NATO Air Traffic Management Committee</i>
NC3B	<i>NATO Consultation, Command and Control Board</i>
NCS	<i>NATO Committee for Standardization</i>
NTP	<i>NATO Terminology Programme</i>
ONTC	<i>Office of NATO Terminology Coordination</i>
PfP	<i>Partnership for Peace</i>
SCs	<i>Strategic Commands</i>
SCEPC	<i>Senior Civil Emergency Planning Committee</i>
Sec Gen	<i>Secretary General</i>
SNLC	<i>Senior NATO Logistics Conference</i>

Será possível recolher informação para o corpus nas seguintes Unidades, Órgãos e Estabelecimentos do Exército:

1º Batalhão de Infantaria Mecanizado (BrigMec)

2º Batalhão de Infantaria Mecanizado (BrigMec)

Academia Militar

Arquivo Geral do Exército

Arquivo Histórico Militar

Banda do Exército

Batalhão do Serviço de Material

Batalhão do Serviço de Saúde

Biblioteca do Exército

Brigada de Intervenção

Brigada de Reacção Rápida

Brigada Mecanizada
Casa de Reclusão de Elvas
Centro de Audiovisuais do Exército
Centro de Finanças do Comando da Instrução e Doutrina
Centro de Finanças do Comando da Logística
Centro de Finanças do Comando de Pessoal
Centro de Finanças do Comando Operacional
Centro de Finanças Geral
Centro de Informações e Segurança Militar
Centro de Psicologia Aplicada do Exército
Centro de Recrutamento de Braga
Centro de Recrutamento de Coimbra
Centro de Recrutamento de Faro
Centro de Recrutamento de Lisboa
Centro de Recrutamento de Ponta Delgada
Centro de Recrutamento de Vila Real
Centro de Recrutamento de Viseu
Centro de Recrutamento do Funchal
Centro de Recrutamento do Porto
Centro de Saúde de Évora
Centro de Saúde de Tancos/Santa Margarida
Centro de Simulação do Exército
Centro de Tropas Comandos
Centro de Tropas de Operações Especiais
Centro Militar de Educação Física e Desportos
Centro Militar de Electrónica
Colégio Militar
Comando da Instrução e Doutrina
Comando da Logística
Comando do Pessoal
Comando Operacional
Conselho Superior de Disciplina do Exército
Depósito Geral de Material do Exército
Direcção de Administração de Recursos Humanos
Direcção de Aquisições
Direcção de Comunicações e Sistemas de Informação
Direcção de Doutrina
Direcção de Educação
Direcção de Finanças

Direcção de Formação
Direcção de História e Cultura Militar
Direcção de Infra-Estruturas
Direcção de Justiça e Disciplina
Direcção de Material e Transportes
Instituto Militar dos Pupilos do Exército
Jornal do Exército
Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LOT (Liaison and Observation Teams)
Manutenção Militar
Museu Militar de Bragança
Museu Militar de Coimbra
Museu Militar de Elvas
Museu Militar de Lisboa
Museu Militar do Porto
Museu Militar dos Açores
Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
Oficinas Gerais de Material de Engenharia
Regimento de Artilharia Antiaérea nº 1
Regimento de Artilharia nº 4
Regimento de Artilharia nº 5
Regimento de Cavalaria nº 3
Regimento de Cavalaria nº 6
Regimento de Engenharia nº 1
Regimento de Engenharia nº 3
Regimento de Guarnição nº 1
Regimento de Guarnição nº 2
Regimento de Guarnição nº 3
Regimento de Infantaria nº 1
Regimento de Infantaria nº 10
Regimento de Infantaria nº 13
Regimento de Infantaria nº 14
Regimento de Infantaria nº 15
Regimento de Infantaria nº 19
Regimento de Infantaria nº 3
Regimento de Lanceiros nº 2
Regimento de Manutenção
Regimento de Transmissões
Regimento de Transportes

Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo
Unidade de Apoio da Área Militar Amadora Sintra
Unidade de Apoio da ZMA
Unidade de Apoio da ZMM
Unidade de Aviação Ligeira do Exército
Zona Militar da Madeira
Zona Militar dos Açores

Será possível recolher informação para o corpus nas seguintes Unidades, Órgãos e Estabelecimentos da Força Aérea:

Academia da Força Aérea
Aeródromo de Manobra nº 1
Aeródromo de Trânsito nº 1
Arquivo Histórico da Força Aérea
Banda de Música da Força Aérea
Base Aérea nº 4
Base Aérea nº 1
Base Aérea nº 5
Base Aérea nº 6
Base Aérea nº 11
Base do Lumiar
Campo de Tiro de Alcochete
Centro de Áudio Visuais da Força Aérea
Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
Centro de Manutenção Electrotécnica
Centro de Medicina Aeronáutica
Centro de Psicologia da Força Aérea
Centro de Recrutamento e Mobilização
Comando Logístico-Administrativo da Força Aérea
Comando Operacional da Força Aérea
Comando de Pessoal da Força Aérea
Comando da Zona Aérea dos Açores
Comissão Histórico-Cultural da Força Aérea
Depósito Geral de Material da Força Aérea
Direcção de Abastecimento
Direcção de Electrotecnia
Direcção de Finanças da Força Aérea
Direcção de Informática
Direcção de Infra-Estruturas

Direcção de Instrução
Direcção de Mecânica e Aeronáutica
Direcção de Pessoal
Direcção de Saúde
Estação de Radar nº 1
Estação de Radar nº 2
Estação de Radar nº 3
Estado-Maior da Força Aérea
Grupo de Engenharia de Aeródromos da Força Aérea
Hospital da Força Aérea
Inspeção-Geral da Força Aérea
Instituto de Saúde da Força Aérea
Museu do Ar
Repartição de Armamento
Repartição de Transportes
Revista Mais Alto
Serviço de Acção Social
Serviço de Assistência Religiosa
Serviço de Documentação da Força Aérea
Serviço de Justiça e Disciplina